

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DANIEL CAVALCANTE FERNANDES
MILENA WANDERLEY BARROS

Trajetórias racializadas no curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas:
memórias, cartas e afetos.

Maceió
2023

DANIEL CAVALCANTE FERNANDES
MILENA WANDERLEY BARROS

Trajetórias racializadas no curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas:
memórias, cartas e afetos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Psicologia da Universidade
Federal de Alagoas, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel com
Formação em Psicologia.

Orientadora: Simone Maria Hüning

Maceió
2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

F363t Fernandes, Daniel Cavalcante.
 Trajetórias racializadas no curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas : memórias, cartas e afetos / Daniel Cavalcante Fernandes, Milena Wanderley Barros. – 2023.
 29 f.

Orientadora: Simone Maria Hüning.
Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 28-29.

1. Universidade Federal de Alagoas. Curso de Psicologia. 2. Branquitude. 3. Antirracismo. 4. Cartas. I. Barros, Milena Wanderley. II. Título.

CDU: 159.9:323.14



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA**



TERMO DE APROVAÇÃO

**DUPLA: DANIEL CAVALCANTE FERNANDES
E MILENA WANDERLEY BARROS**

**Trajetórias racializadas no curso de Psicologia da Universidade Federal de
Alagoas: memórias, cartas e afetos**

BANCA EXAMINADORA:

SIMONE MARIA HÜNING - ORIENTADORA

MARCOS RIBEIRO MESQUITA - AVALIADOR

APROVADO EM: 31/05/2023

**SAULO LUDERS FERNANDES
COORDENAÇÃO DE TCC**

**Trajetórias racializadas no curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas:
memórias, cartas e afetos**

**Racialized trajectories in the Federal University of Alagoas Psychology degree:
memories, letters and affections**

Resumo: Esta monografia tem como objetivo discutir a importância do letramento racial como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural pelos profissionais da psicologia. A discussão se dá a partir da troca de cartas entre dois estudantes de psicologia da Universidade Federal de Alagoas, que pensam suas trajetórias acadêmicas de forma racializada utilizando a interseccionalidade, ferramenta analítica desenvolvida por feministas negras, como referencial teórico. A instrumentalização desses conceitos nas práticas profissionais possibilita o enfrentamento de narrativas raciais distópicas que ainda existem, circulam e se atualizam em nosso país. Considerando os fatores históricos do surgimento da psicologia somados ao cenário político-social brasileiro, conclui-se que uma formação em Psicologia que não garanta às/aos alunas/as acesso ao letramento racial falha eticamente.

Palavras-chave: Branquitude; Antirracismo; Psicologia; Formação; Cartas

Abstract: This monograph aims to discuss the importance of racial literacy as a strategy for confronting structural racism by professionals in psychology. The discussion is based on a correspondence between two psychology students at the Federal University of Alagoas, who think about their academic trajectories in a racialized manner using intersectionality, an analytical tool developed by Black feminists, as a theoretical reference. The use of these concepts in professional practices enables the confrontation of dystopian racial narratives that still exist, circulate, and update themselves in our country. Considering the historical factors of the emergence of psychology combined with the Brazilian political and social context, it is concluded that a psychology education that does not guarantee students access to racial literacy fails ethically.

Keywords: Whiteness, Anti-racism, Psychology, Formation; Letters

SUMÁRIO

A VOCÊS QUE TAMBÉM BUSCAM A CONSTRUÇÃO DE UMA PSICOLOGIA ANTIRRACISTA.....	6
QUEM É RECORTADO/A QUANDO A RAÇA É RECORTE?.....	10
RACIALIZADO/A É SEMPRE O/A OUTRO/A.....	13
DE NOVO RAÇA?.....	16
PORQUE A PSICOLOGIA TEM QUE SER ANTIRRACISTA.....	19
SOBRE AS MOROSAS POLÍTICAS PÚBLICAS, OS/AS ALIADOS/AS OMISSOS/AS E OS/AS PSICÓLOGOS/AS SEM LETRAMENTO RACIAL.....	22
POR QUE QUANDO O ASSUNTO É RAÇA O/A BRANCO/A CALA?.....	29
E DÁ PRA ABRIR MÃO DE PRIVILÉGIO ESTRUTURAL?.....	32
DEPOIS DO LIXO CLÁSSICO, UM PONTO DE DESCANSO, CURA E DENGNO NO FEMINISMO NEGRO.....	35
COLORISMO: FILHO REGISTRADO E BATIZADO DO RACISMO.....	39
COMO SE CONCLUI UMA DISCUSSÃO QUE PRECISA SEGUIR ACONTECENDO?.	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

A VOCÊS QUE TAMBÉM BUSCAM A CONSTRUÇÃO DE UMA PSICOLOGIA ANTIRRACISTA

Oi, oi! Tudo bem com você? Estamos felizes que esteja aqui iniciando essa jornada conosco. Esta monografia que vai começar a ler é escrita por nós, Daniel e Milena. O desejo de produzir algo conjuntamente é reflexo de uma trajetória acadêmica no curso de psicologia da Universidade Federal de Alagoas implicada em debates raciais constantes e diversos que acabaram resultando também na nossa amizade, de um jeito que a gente não sabe bem dizer o que veio primeiro, mas aqui estamos. Como já pode ter percebido pelo modo mais informal da nossa escrita, escolhemos construir esta monografia no formato de troca de cartas. Um trabalho que nos inspirou foi a dissertação-carta de Bruna Moraes Battistelli (2017), que se dirige a diversos interlocutores para debater algumas (ou várias) questões acerca do cuidado com crianças e adolescentes em Acolhimento Institucional.

Uma das nossas cartas preferidas é a quarta, endereçada “Para a psicóloga que veio fazer mais uma pesquisa no abrigo (com vista para a Produção Acadêmica)” (BATTISTELLI, 2017, p. 32). Ficamos realmente maravilhados com os raciocínios que ela vai costurando, tecendo críticas que entendemos bastante pertinentes a muitas das produções acadêmicas com as quais nos deparamos ao longo da nossa graduação e que não gostaríamos de reproduzir aqui nesse espaço de troca:

Essa coisa da academia se apropriar de algo que está acontecendo independente dela e depois de passar o real por seus filtros e lentes exigir que aquilo se torne a verdade... Soa como pirataria. A academia era para ser um lugar de reflexão e conhecimento, mas se tornou o clube dos sabidos. Sabidos que não entendem o mundo real por este se mover muito mais rápido que a velocidade acadêmica (BATTISTELLI, 2017, p. 34).

A concepção de escrita como um laboratório trazida por Márcia Moraes e Anita Guazzelli Bernardes (2014) na apresentação do livro *Cartas para pensar políticas de pesquisa em Psicologia* nos mobilizou bastante no percurso da escrita. As autoras defendem que nessa escrita-laboratório, não há espaço para isenções de conflitos, pois se trata de “um terreno de lutas porque nela e por ela fazemos existir certos mundos e não outros. Em nossos escritos, alguns mundos ganham consistência, enquanto outros são apagados” (MORAES; BERNARDES, 2014, p. 9). Transcrevemos aqui um trecho do mesmo texto no qual as autoras falam especificamente sobre escrita-laboratório no formato de cartas:

A carta assume uma intensidade de compor no papel aquilo que fazemos em nosso cotidiano: o exercício do diálogo, do endereçamento, da parceria, da conexão, das zonas de vizinhança que nos tiram de uma condição de apenas relatores solipsistas de conhecimento para uma relação imanente ao pensamento – o outro. A carta é uma tecnologia que nos insere no tempo, nos afetos, nos desejos. A carta é sempre

parte de um percurso, aberta, portanto, história de um processo, de um momento. A carta apresenta um caráter de indiscernibilidade entre escrita e vida (MORAES; BERNARDES, 2014, p. 9).

A escolha pela troca de cartas se mostrou acertada num outro ponto que será discutido ao longo de toda nossa escrita: mesmo tendo um alto nível de alinhamento teórico no que tange às questões envolvendo raça, racismo, branquitude e seus desdobramentos, falamos, cada um de nós, de locais diferentes. Eu, Daniel, sou um homem cis, branco, gay, de 33 anos, de classe média. Já eu, Milena, sou uma mulher cis, negra, com questões em aberto no que diz respeito à sexualidade, 22 anos, periférica. A troca de cartas possibilita que cada um, a partir de uma construção conjunta, fale do seu lugar.

Nomeamos essas categorias (raça, classe, gênero, etc), neste trabalho, como marcadores sociais e consideramos que esses não só marcam diferenças, mas também a forma que se estruturam as desigualdades, estabelecendo os lugares de poder dentro da sociedade. Aragão et al (2022) afirma que a discussão em torno dos marcadores sociais de poder e diferença compreende o indivíduo como um sujeito social e constituído em vivências discursivas. Adotamos, perante nossos diferentes marcadores sociais, o conceito de interseccionalidade como ponto nevrálgico nas trocas de cartas. Como bem define Carla Akotirene (2019) no livro *Interseccionalidade*, “Tal conceito é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservados tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros” (p. 18).

Em relação à interseccionalidade, importante demarcar que se trata de uma ferramenta analítica forjada no bojo do feminismo negro, com especial destaque à Kimberlé Crenshaw (1991), professora de direito da Universidade da Califórnia, que, no artigo *Mapeando as margens: interseccionalidade, identidade política, e violência contra mulheres de cor* (numa tradução livre feita por nós), discute como os entrecruzamentos entre raça, classe e gênero se articulam de diversas maneiras estabelecendo formas únicas de opressão e marginalização para as mulheres negras.

Nossa percepção em relação a esta ferramenta analítica é integral e radicalmente relacional, uma vez que gênero, raça, classe, território (ou nação, palavra utilizada por Carla Akotirene) entre outros se entrecruzam e constroem as vivências subjetivas do/a opressor/a e do/a oprimido/a. Neste sentido, no capítulo *Cruzando o atlântico em memória da interseccionalidade*, Carla Akotirene (2019) explicita que:

A interseccionalidade não é narrativa teórica de excluídos. Os letramentos ancestrais evitam pensarmos em termos como “problema negro”, “problema da

mulher” e “questão das travestis”. Aprendamos com a pensadora Grada Kilomba que as diferenças são sempre relacionais, todas e todos são diferentes uns em relação aos outros. Raciocínio exato sobre a interseccionalidade, desinteressada nas diferenças identitárias, mas nas desigualdades impostas pela matriz de opressão (p. 50).

Os marcadores sociais estão para todos/as e são articulados de diferentes maneiras a partir dos entrecruzamentos possíveis. Concordamos com Djamila Ribeiro (2019) quando explica que “O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de locus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar, e como esse lugar impacta diretamente a constituição dos lugares de grupos subalternizados” (p. 37). Ah, esse trechinho que acabamos de citar está no capítulo intitulado *Todo mundo tem lugar de fala*, que, pra nós, resume bem a questão. Ainda nesse sentido, transcrevemos aqui um trecho da tese de doutorado de Lia Vainer Schucman (2012) no qual ela começa a definir o que é branquitude numa perspectiva interseccional:

A branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais, além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis (p. 30).

Reforçamos que não há lugares neutros, cada subjetividade, entendida aqui como a produção de modos de ser, estar, sentir e perceber o mundo, é constituída de um *locus* específico, de uma multifatorialidade contingenciada nas desigualdades estruturais existentes em nossa sociedade, que envolvem (in)acessos a privilégios materiais e simbólicos. Nesse sentido, importante ressaltar que esse *locus* de privilégio não é absoluto na medida em que se articula com outros marcadores de subordinação ou privilégio sempre relativos. Ainda assim esses entrecruzamentos não neutralizam o privilégio branco, conferindo a este diferentes graus de variabilidade, mas jamais o anulando (SCHUCMAN, 2012; VEIGA, 2019).

Temos como base essa potente ferramenta analítica interseccional, bem como a sua relação com o processo de construções subjetivas das pessoas inseridas em relações pautadas pelo racismo estrutural. Nossa aposta de investigação inicia a partir de discussões acerca da importância do letramento racial como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural pelos profissionais da psicologia, interrogando as nossas vivências no percurso da graduação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas.

Entendemos o letramento racial como um conceito de oposição à “neutralidade racial” (LIPSITZ, 2019, p. 23) que, como bem coloca George Lipsitz (2019) a respeito do contexto estadunidense que acreditamos servir para nós aqui no Brasil, teria relação com um certo tipo de cegueira racial, a qual não ver cor/raça é tido como uma virtude, de modo que até falar

sobre raça fortaleceria o racismo. Aparecida de Jesus Ferreira (2015) define esse conceito como:

Letramento racial crítico reflete sobre raça e racismo. Possibilita-nos ver o nosso próprio entendimento de como raça e racismo são tratados no nosso dia a dia, e o quanto raça e racismo têm impacto em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, seja no ambiente escolar universitário, seja em nossas famílias, seja nas nossas relações sociais (p. 207-208).

Grada Kilomba (2019) fala de uma “consciencialização coletiva”, “que começa com *negação - culpa - vergonha - reconhecimento - reparação*, não é de forma alguma um percurso moral, mas um percurso de responsabilização” (p. 11). Compreendemos como letramento racial esse processo de responsabilização social, uma vez que o entendemos como algo muito além de um processo de autodeclaração da raça. É o processo de responsabilização social pela criação de “novas configurações de poder e de conhecimento” (p. 11).

A partir desse entendimento, procuramos dialogar sobre uma realidade específica que é a (nossa) formação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas, tomando como base nossas vivências na graduação segundo uma perspectiva racializada das nossas trajetórias acadêmicas, buscando analisar de forma mais ampla os tensionamentos raciais presentes em nossa sociedade desde o processo de colonização e escravidão até os dias atuais.

Desejamos a você uma excelente leitura.

Daniel Fernandes e Milena Wanderley (ou Mileniel)

QUEM É RECORTADO/A QUANDO A RAÇA É RECORTE?

Oi, Milena! Como estão as coisas por aí? Espero que esta carta te encontre bem. Sinto que preciso começar falando o quanto me alegra construir com você esse rito final de passagem do nosso curso. É muito gostosa a sensação de que iremos encerrar do jeito que começamos: juntos. Enquanto a escrevo, passa um filme na minha cabeça (ou seria um *lattes*?). Fico lembrando de como se deu a nossa aproximação e de como esse laço tão bonito que eu considero a nossa amizade foi se formando gradativamente e numa relação muito direta com as temáticas raciais, que sempre nos mobilizaram ao longo da graduação.

Lembro da nossa apresentação na matéria de sociologia, quando discutimos alguns capítulos de *Mulheres, raça e classe* de Angela Davis (2016) e lembro mais ainda da poesia de sua autoria que você teve a generosidade de declamar em sala. Acho que o título da poesia era “O mimimi da mulher negra”, você ainda tem ela guardada? Amaria reler. Falar da nossa trajetória afetivo-acadêmica me faz pensar muito no quanto a minha formação como estudante branco de psicologia foi atravessada e agraciada pelos nossos interesses conjuntos de discussão e pesquisa em temáticas que abordassem diretamente raça, racismo e branquitude. Fico feliz com a potência desse encontro e com o que pudemos construir juntos.

No entanto, tenho um pensamento que me gera bastante incômodo e escrevo esta carta na intenção de compartilhá-lo com você. De que modo teria sido a nossa formação se a gente não tivesse corrido atrás de trabalhar raça e racismo sempre que nos foi dada a possibilidade de escolher nossos temas de pesquisa e estudo? A sensação que tenho é que em boa parte das matérias que cursamos ainda prevalece a ideia de raça como um recorte. Quem é recortado/a quando se pensa a raça/racialização desta maneira?

Grada Kilomba (2019) responde a essa pergunta que eu acabei de fazer (pra você e pra mim) em relação à perspectiva de raça como um recorte na introdução de seu livro *Memórias da Plantação*, quando começa a delimitar algumas questões que abordará ao longo de todo o seu livro falando de um lugar de “Outridade” (p. 28), no qual racializado/a é sempre o/a outro/a não branco/a.

Acho bastante problemáticos esses ditos “recortes raciais” com os quais nos deparamos em alguns momentos de formação. Percebo que muitas vezes é utilizada a nomenclatura “raça” (e suas recortadas variações) para falar exclusivamente sobre questões inerentes às pessoas pretas. Esse tipo de posicionamento/proposta pedagógica carrega consigo a negação da relacionalidade inerente ao racismo estrutural, tirando a branquitude e as pessoas brancas do debate. Toda essa dinâmica negacionista de “recortes raciais” me

remete ao que Grada Kilomba (2019) chama de “choque violento que de repente coloca o sujeito negro em uma cena colonial na qual, como no cenário de uma plantação, ele/a é aprisionado como o/a “*Outra/o*” subordinado e exótico” (p. 30).

Acredito que seja insustentável produzir uma psicologia realmente antirracista a partir dessa perspectiva de “recorte racial”, porque não se trata de um recorte. Cada pessoa tem uma cor de pele e isso gera implicações diretas referente a (in)acessos, dependendo da articulação com outros marcadores como identidade de gênero, orientação sexual, classe econômica e o território onde vive. Fico feliz porque, apesar dos furos que percebo na nossa formação em relação aos debates sobre raça, racismo e branquitude, tivemos a possibilidade de explorar conceitos como o de interseccionalidade a partir do feminismo negro, instrumento analítico que posiciona esses marcadores de modo a nos possibilitar uma abordagem mais integral do sujeito em nossas práticas.

Pensando ainda de forma mais específica no nosso próprio estado de Alagoas, cuja população negra totaliza 70,8% (IBGE, 2021), questiono-me constantemente se a nossa formação (e as outras existentes por aqui) sensibiliza o suficiente os/as estudantes para as questões envolvendo raça e racismo que venham a surgir (e certamente surgirão) em suas práticas. Será que estamos conseguindo produzir de fato uma psicologia antirracista? Reflito muito nessa questão do letramento racial entre os/as próprios/as estudantes de psicologia, até por essas incessantes fraudes nas cotas.

Não dá pra falar em psicologia antirracista apartada de um letramento racial dos próprios profissionais psi. Parece-me crucial entender que a cor da pele, **seja ela qual for**, traz consigo implicações, como já argumentei um pouco acima (fico me repetindo na esperança de ser didático nesse tema que parece ainda tão complicado para pessoas brancas, que espero que leiam essas trocas nossas).

Ser branco/a possui uma série de signos e significados articulados com outros marcadores. Parece haver uma ignorância intencional e generalizada quanto à relacionalidade de questões inerentes à raça, racismo e branquitude, já que privilégios são forjados a partir de opressões sistemáticas, repetidas no tempo-espaço e enraizadas na estrutura. Pode um/a psicólogo/a não saber qual a sua cor? Quero muito ler o que você pensa dessas questões que estou colocando aqui.

Despeço-me reafirmando meu compromisso com essa discussão e a minha felicidade de fazê-la com você neste momento. É importante demais que reflitamos sobre como/se o processo de racialização pode colaborar para a construção de uma psicologia antirracista, bem como sobre qual o nosso papel ativo nesta formação, não nos colocando apenas como

apontadores/as de furos, mas como remendadores/as de furos, como já nos foi oportunizado em alguns momentos. Até breve!

Um beijo grande.

Do seu amigo Daniel.

04/12/2022

RACIALIZADO/A É SEMPRE O/A OUTRO/A

Oi, Dan! Eu estou bem e você? Li o que me escreveu e refleti bastante sobre muita coisa.

A princípio quero te dizer que também estou imensamente feliz de estar construindo esse trabalho com você. Agradeço por todas as trocas de conhecimento e de afetos durante todo esse tempo. Lendo sua carta lembrei toda nossa trajetória na psicologia, na UFAL. E infelizmente não tenho mais a poesia, foi uma coisa muito de momento. Lembro que alguém tinha feito um vídeo, mas não sei onde se encontra. Talvez um dia ele ou ela nos encontre, o vídeo ou a poesia (risos).

Em sua carta você me trouxe alguns questionamentos, vou me valer de alguns deles... “De que modo teria sido a nossa formação se a gente não tivesse corrido atrás de racializar os debates desenvolvidos nas matérias?”. Sem tensionar os/as professores/as não teríamos tido essa discussão. Boa parte dos debates que consegui desenvolver sobre racismo, machismo, classicismo, etc. dentro da universidade não aconteceram dentro das salas de aula e sim nos corredores, com estudantes, e muitas vezes de outros cursos... Mesmo nesse movimento de pressionar o corpo docente/discente, em muitas matérias não houve a possibilidade de se pensar o sujeito em sua diversidade, foi falado de UM sujeito, o sujeito branco. Isso porque muitos dos conhecimentos da psicologia, ensinados em sala, tratam de um sujeito universal, desconsiderando a multiplicidade de marcadores sociais que cercam e atravessam cada sujeito.

Acredito que ainda há uma lacuna muito grande no que diz respeito às discussões sobre raça e racismo na graduação em psicologia da UFAL. Muitas vezes nos é falado sobre a história da psicologia, mas não há de fato um movimento de questionar as teorias eugenistas e racistas que serviram como base para a fundamentação da Psicologia enquanto ciência. O que acontece é uma conceituação histórica breve e segue o conteúdo da disciplina com o objetivo de pensar sobre o sujeito. A pergunta que fica é: Que sujeito é esse? Então a resposta para a pergunta “quem é recortado/a quando se pensa a raça/racialização desta maneira?” é: Todo sujeito não branco.

Muitas vezes me vi sem entender nada de determinadas disciplinas e me sentia completamente burra. Hoje eu consigo compreender que o que me fazia não entender nada era o fato de que o sujeito que ali estava sendo discutido e pensado era um sujeito completamente diferente e oposto a mim e a minha realidade. Em muitos momentos do curso

eu me vi em crise, pois não conseguia de jeito algum entender como eu iria utilizar aquilo que estava vendo nas disciplinas para cuidar dos meus.

Com o processo de letramento racial eu pude compreender que elas não faziam sentido para mim porque foram feitas por e para pessoas brancas. A isso acrescento o importante fato de que EU tive condições que me possibilitaram, na maior parte do tempo, a permanência dentro da universidade. O movimento de letramento racial que eu tive acesso dentro da universidade se deu no tensionamento com o corpo docente para a inclusão desse debate. Eu só consegui tensionar porque pude existir.

E todas/os outras/os estudantes negras/os e indígenas que não conseguiram existir dentro da universidade pela ausência de políticas de permanência adequadas e eficientes? Estamos nos formando em uma Universidade Federal, amigo... Para quem é a universidade pública?

Considerando o cenário político-social brasileiro antigo e atual é inaceitável que essas discussões críticas só aconteçam com o tensionamento dos/as alunos/as. Digo “antigo e atual” porque essa é uma questão enraizada na história do Brasil, desde a colonização. Essa discussão deveria ser obrigatória, com disciplinas obrigatórias, para se pensar os processos de formação da nossa sociedade, o processo de surgimento da psicologia no país, entre outras questões.

Os/as autores/as clássicos/as são extremamente importantes, não me entenda mal, a questão não é cancelar tudo que foi escrito, sabe? No entanto, há a necessidade de fazer reflexões críticas sobre tais teorias, pensando inclusive nos limites da época em que foi escrito. Grada Kilomba (2019) fala exatamente da importância de um percurso de conscientização coletiva, “uma sociedade que vive na *negação*, ou até mesmo na *glorificação* da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas” (p. 12-13). Atualmente temos discussões que não eram legitimadas há pouco tempo, debates que foram silenciados e que até hoje permanecem em disputa no campo político. As instituições de ensino, as públicas em especial, devem ser um espaço de promoção da discussão desses conhecimentos.

Há uma trava social, evita-se a todo custo falar sobre raça e, quando é falado, o/a racializado/a é sempre o/a outro/a. Na nossa graduação, por exemplo, mesmo em situações nas quais a gente conseguiu conduzir debates pensando na construção da subjetividade atravessada pelo marcador racial, o/a racializado/a foi o/a preto/a, foi o/a indígena, etc. Não à toa que muitas vezes quando se gera essa discussão em classe, pouco se ouve a voz dos/as brancos/as. Eu acho isso sintomático, porque para mim fala desse lugar da não

responsabilização, um lugar alheio a todo processo de opressão. Racializa-se o outro e o problema de raça é também desse outro. A figura branca, quando inserida nessa dinâmica, acaba por ser a figura do/a “salvador/a” que está inserido/a no debate por boa vontade.

É exatamente por isso que penso que o processo de letramento racial é fundamental para a construção de uma sociedade antirracista, para que o/a branco/a se racialize, se entenda e se nomeie enquanto branco/a. É igualmente importante que esse processo de reconhecimento venha acompanhado de críticas no sentido de se pensar o local em que este se encontra na sociedade e quais os privilégios que o acompanham. Grada Kilomba (2019), traz a vergonha como parte do processo de consciencialização coletiva:

Ela é provocada por experiências que colocam em questão nossas concepções sobre nós mesmas/os e nos obriga a nos vermos através dos olhos de “outras/os”, nos ajudando a reconhecer essa discrepância entre a percepção de outras pessoas sobre nós e nossa própria percepção de outras pessoas [...] O sujeito branco se dá conta de que a percepção das pessoas negras sobre a branquitude pode ser diferente de sua percepção de si mesmo, na medida em que a branquitude é vista como uma identidade privilegiada (p. 45).

Eu entendo essa ideia de consciencialização coletiva muito alinhada ao que chamamos de letramento racial, que é a compreensão da necessidade da implicação das pessoas brancas em repensarem sua branquitude e seu lugar numa dinâmica social completamente desigual. E por isso considero o letramento racial como uma ferramenta com potencial de provocar mudanças sociais, na medida em que esse processo implicará a responsabilização social e a criação de novas configurações de poder. “Só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que as muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento” (KILOMBA, 2019, p. 13).

Para se construir uma psicologia de fato antirracista é fundamental que a discussão sobre raça e racismo faça parte do currículo de formação das/os psicólogas/os.

Fico por aqui, acredito que essas foram minhas formulações a partir da tua carta.

Aguardo sua resposta!

Até logo!

Milena,

18/12/2022

DE NOVO RAÇA?

Milena, suas falas me remeteram diretamente a uma experiência que tivemos juntos no quarto período da faculdade, acredito que você vai se lembrar. Naquele momento já existia uma dinâmica de grupos relativamente fixos para trabalho, de modo que já havíamos feito um trabalho em grupo no terceiro período, desenvolvendo uma proposta de projeto de pesquisa qualitativa que buscava ouvir as experiências das empregadas domésticas da cidade de Maceió utilizando como referencial teórico o mesmo livro de Angela Davis que já havíamos apresentado em outra matéria anteriormente.

No quarto período, quando a professora da matéria Psicologia do Desenvolvimento I propôs como método avaliativo do semestre a elaboração de um artigo em grupo, lembro que logo nos debates iniciais para escolher a temática e nós dois propusemos que trabalhássemos alguma questão que articulasse adolescência e raça, fomos questionados por uma de nossas colegas de grupo com a seguinte frase: **De novo raça?**

Fico sempre às voltas com esse questionamento, porque, pra mim, parece muito marcada uma percepção brancocêntrica de raça e racismo no sentido de que falar de raça seria, necessariamente, falar de um/a outro/a racializado/a, discutir questões relacionadas com o racismo, vivências de pessoas pretas etc, como se a temática fosse exclusivamente concernente a pessoas não brancas.

Acabou que, por razões diferentes, a gente trancou essa matéria e tivemos oportunidade de cursá-la novamente um tempo depois e, sim, falamos de raça! Você lembra desse trabalho que a gente produziu analisando as temáticas abordadas pela Mc Sofia, uma *rapper* preta, em suas músicas? Acho esse trabalho nosso excelente, porque num país historicamente racista como o Brasil é essencial pensar as condições de desenvolvimento de adolescentes negras, considerando o tratamento diferencial que se manifesta em variados campos, tais como a rejeição do corpo e cabelo que não se enquadre na estética branca. Foi muito instigante pegar as 5 músicas de maior visualização do canal dela no *Youtube* e analisá-las a partir de 3 eixos temáticos: 1) valorização estética, 2) representatividade, e 3) enfrentamento do racismo.

Esse breve resgate me faz pensar muito no que eu falei no finalzinho da primeira carta em relação a uma posição mais ativa de nossa parte enquanto alunos/as. Não dá pra falar que algumas discussões não ocorreram por não constarem necessariamente na ementa de alguma disciplina, se os/as alunos/as, de algum modo, deram conta de levar o debate para a sala de aula, de tensionar um pouco mais algumas questões, ou mesmo cobrar do/a professor/a que

determinada temática seja abordada ao longo do semestre. Acho importante que a gente reconheça os próprios limites impostos a qualquer formação, seja pelo tempo curto do semestre para dar conta de conteúdo muito extenso, ou até mesmo o engajamento da turma no desenvolvimento de algumas temáticas. Dentro desse contexto me parece ainda mais importante a posição ativa do corpo discente no sentido de construir junto com os/as professores/as uma psicologia antirracista.

Inclusive ainda em relação a essa matéria sobre a qual comentei há pouco, acho que ela foi um caso de sucesso em relação a essa postura ativa. Lembro que desde a apresentação da ementa pela professora a gente foi comentando que estava sentindo falta de leituras que abordassem raça, racismo e branquitude ao longo das fases do desenvolvimento humano, ao que nos foi oportunizado sugerir textos para compor a bibliografia do semestre. Um dos textos que sugerimos, chamado *Menina Mulher Negra: construção de identidade e o conflito diante de uma sociedade que não a representa* (GESSER; COSTA, 2018), seguiu sendo utilizado nos semestres seguintes.

Outra lembrança que tenho é a do esforço que a gente fez para conseguir encontrar artigos que contemplassem realmente raça e racismo em relação às fases do desenvolvimento humano. Ao longo da matéria foi ficando evidente a ausência de racialização nas discussões trazidas nos próprios artigos. Falava-se sempre de jovens, adultos e idosos sem raça, corpos sem marcadores, muito diferentes dos corpos que encontraremos ao longo das nossas práticas profissionais.

Recentemente me deparei com um livro lançado pelo Conselho Federal de Psicologia chamado *Psicologia Brasileira na luta Antirracista*, com autoras/es que são referência no debate racial dentro da Psicologia, como a Lia Vainer Schucman e Geni Núñez (@genipapos para os viciados em *Instagram*). Nele existem 2 artigos que abordam exatamente a temática do desenvolvimento humano a partir de uma perspectiva racializada. Juliana Prates Santana e Lucia Rabello de Castro (2022) no artigo *A questão racial e o racismo estrutural no Brasil: uma análise nos estudos da infância e juventude* fazem uma crítica que acho interessante em relação a esses estudos do desenvolvimento humano na área psi que corrobora bastante com o que a gente discutia na época dessa matéria:

A des-racialização deste “outro” da infância e da juventude – ou, desta infância e juventude que não parecem ter infância, ou ser criança, nem jovens – concorreu para que não se tematizasse a raça como condição de constituição das subjetividades no âmbito das relações de poder a que estão submetidas as crianças e os jovens no Brasil. (SANTANA; CASTRO, 2022, p. 228)

Ao longo desse artigo (que eu super recomendo a leitura) as autoras problematizam com maior aprofundamento as ausências na configuração da temática do desenvolvimento humano e nas construções psicológicas da infância e juventude na Psicologia, tecendo críticas muito pertinentes em relação às teorias que embasaram os manuais de Psicologia do Desenvolvimento do século passado e que tinham “por pressupostos tanto processos psicológicos como pontos de chegada universais” (SANTANA; CASTRO, 2022, p. 229). Escrevendo assim parece distante, pena que nem tanto, e a gente já sabe quem fica de fora nesse rolê de suposta Universalidade, né?

O outro artigo que aborda a temática do desenvolvimento é o *Racismo e envelhecimento: invisibilidades, desigualdades e questões de gênero*, escrito por Dóris Firmino Rabelo e Naylana Rute da Paixão Santos (2022). Nele são abordadas questões inerentes e necessárias a um bom envelhecer que “pressupõe ter acesso, ao longo da vida, aos recursos materiais, sociais e simbólicos, fundamentais para a dignidade e a qualidade de vida” (RABELO; SANTOS, 2022, p. 250).

Sério, eu fico emocionado de encontrar um artigo tão bem escrito e fundamentado abordando essa temática, porque, como já comentei, realmente pra gente foi difícil na época encontrar algo que contemplasse o que precisava ser abordado para as discussões da matéria. Espero que cada vez mais o nosso curso contemple esse tipo de leitura e discussão que dá possibilidade às/aos alunas/os de avançarem nas densas questões envolvendo letramento racial e interseccionalidade. Deixo aqui um trecho do artigo em que as autoras introduzem as temáticas que serão abordadas na esperança de que nossos leitores se animem com a leitura (você eu tenho certeza que vai querer ler):

Nesse contexto, buscaremos neste capítulo discutir o racismo e o envelhecimento em duas partes: 1) as violências e as dores que se entrelaçam na velhice negra; e 2) as questões de gênero: a invisibilidade e o silenciamento no envelhecimento. Na primeira parte, serão apresentados os fatores de risco para viver em instituições de longa permanência para idosos e em situação de rua, os padrões de violências e discriminações na velhice e as desigualdades no acesso às políticas sociais básicas. Na segunda, são abordadas a invisibilidade e o silenciamento como efeitos da intersecção entre raça, classe, gênero, geração e sexualidade materializadas, especialmente, nas condições familiares e de trabalho. (RABELO; SANTOS, 2022, p. 252-253)

Acho que por hoje é só. Beijo grande e até breve!

Daniel,

22/01/2022

PORQUE A PSICOLOGIA TEM QUE SER ANTIRRACISTA

Dan, lembro muito bem dos nossos trabalhos com Angela Davis (2016) no primeiro e terceiro períodos. Inclusive lembrei disso alguns dias atrás porque no meu plano de trabalho do PIBIC atual estou usando novamente *Mulheres, raça e classe*. Acredito que essa permanência entre meus referenciais teóricos diz muito sobre a importância da utilização de bibliografias que discutem sobre raça e racismo, colonização, etc. Acessar esse material, que me trouxe reflexões sobre todo o processo colonizatório e sua relação com a construção da subjetividade dos sujeitos, me fez, desde o primeiro período, estar sempre contrária a essa ideia de sujeito universal.

De toda forma, lembro do jeito que a professora Camila Maria Gomes Pinheiro era tratada pelos/as alunos/as, em comparação com outras/os professoras/es do período. Ela não abandonou os teóricos clássicos, mas acrescentou Angela Davis, por exemplo. Para falar de capitalismo, comunismo e socialismo, referenciou de Karl Marx a Racionais, deixando a matéria muito mais rica. E, por isso, muitos dos nossos colegas de classe tentaram deslegitimar sua fala e o conhecimento que produzia em sala. Trago esse gancho porque você me lembrou do terrível episódio do “de novo raça?” e penso o quanto que esse movimento também foi contra as/os professoras/es que geraram esse debate em suas aulas.

O que acontece é que a nossa turma inicial era quase toda branca (alô, fraude de cotas?). Numa turma em que a maioria é branca, considerando como é tratada a temática racial no país em que vivemos, falar sobre raça e racismo é desnecessário para a maioria. Um reflexo disso foi o fato das disciplinas *Psicologia e Processos Socioculturais* no sexto período e *Intervenção Psicológica em Processos Socioculturais* no sétimo não terem sido sequer ofertadas porque não tinham matrículas suficientes para abrir uma turma... O racismo é um forte sintoma da nossa sociedade, amigo. Veiga (2019) traz que:

Como descendentes de africanos nascidos pós-abolição, e ainda que não tenham vivido os horrores da escravidão do modo como nossos ancestrais viveram, trazemos as marcas desse período. Para além disso, estamos inseridos num país que implementou e que perpetua com múltiplos dispositivos uma política de embranquecimento da população. [...] Vivemos num país antinegro, e isto tem efeitos nocivos sobre as subjetividades negras [...] o branco como ideal e como marca do desejo faz com que o negro se engaje em formas de se aproximar desse ideal branco, aproximação que tem como objetivo e como efeito apagar os signos corporais do corpo negro, afilar seus traços como alisar ou raspar os cabelos, e, no limite, desejar o apagamento total do corpo negro, sua própria extinção (pp. 225-246).

Não há possibilidade de se pensar em saúde mental de uma população não-branca baseando-se em teorias construídas por e para pessoas brancas e que tratam o sujeito (consequentemente branco) como ser universal. Frantz Fanon (2008) aponta que, para

pessoas negras, o trauma remete não apenas a eventos de base familiar, mas está ligado a todo passado violento dos processos de colonização, escravização e a inserção traumática no mundo do homem branco.

Como uma psicologia importada da Europa, que desconsidera a singularidade dos processos de subjetivação de pessoas não-brancas, poderá ser capaz de promover a saúde mental num país como o Brasil de maioria negra e indígena? Como te falei na carta anterior, em muitos momentos eu não entendia nada do que estava sendo explicado em sala, isso porque muitas das teorias que são ensinadas na academia “impõem uma nosologia à imagem e semelhança da subjetividade do colonizador” (VEIGA, 2019, p. 245). Como bem diz minha veterana e grandíssima pesquisadora, Yasmin Maciane da Silva (2020), “ao adentrar a universidade fui despida de maneira arbitrária das histórias que sustentavam meu corpo no chão, fui transformada em uma espécie de banco de dados para informações inaplicáveis a minha realidade” (p. 8).

E falando de psicologia antirracista não tenho como não comentar sobre a carta de compromisso antirracista do Instituto de Psicologia da UFAL, né? Para isso, já cito a patroa novamente:

Aparentemente a autodenominação “antirracista” confere a determinados sujeitos a superficialidade da luta, um antirracismo cordial e amistoso que responsabiliza apenas o Estado retirando sua própria culpa, utilizando-se de um “discurso politicamente correto - sem abrir mão dos privilégios que a branquitude garante” (SILVA, 2020, p. 9).

Acredito não precisar me prolongar para explicar o quão racista é a publicação de documentos que afirmam uma posição antirracista sem a movimentação para mudanças nas práticas de fato, é só mais um episódio de antirracismo cordial (SILVA, 2020). Num contexto universitário, onde muitos de nós, negras/os, não nos sentimos pertencentes, a publicação de uma carta que declara a instituição enquanto antirracista não nos diz nada. A construção de uma psicologia antirracista não se faz através de documentos e falas bonitas contra o racismo, é necessária a promoção de políticas que garantam a nossa existência e permanência dentro da graduação e da universidade, bem como uma atualização curricular para que a discussão sobre raça e racismo se torne uma obrigatoriedade.

Quando falo de psicologia antirracista penso no que Grada Kilomba (2019) traz: “não deveríamos nos preocupar com o *sujeito branco* no colonialismo, mas sim com o fato de o *sujeito negro* ser sempre forçado a desenvolver uma relação consigo mesma/o através da presença alienante do ‘*outro*’ *branco*” (p. 39).

Dessa forma, construir uma psicologia antirracista implica também num processo de reparação através de um olhar crítico sobre os privilégios. Consiste no movimento de refletir sobre questões que envolvem o processo de formação e subjetivação dos sujeitos a partir de um olhar interseccional: qual a cor desse sujeito? qual o gênero? qual a classe? que idade? etc. Devemos entender que todo o processo de desenvolvimento e construção da subjetividade é atravessado pelos fatores socioculturais e pelos marcadores sociais de poder e diferença, que demarcam o lugar de cada sujeito na dinâmica político-social e legitimam determinadas violências a partir dessa demarcação social.

Beijo, Milena.

29/01/2023

SOBRE AS MOROSAS POLÍTICAS PÚBLICAS, OS/AS ALIADOS/AS OMISSOS/AS E OS/AS PSICÓLOGOS/AS SEM LETRAMENTO RACIAL

Oi, Milena! Menina, eu tinha esquecido desse “detalhe” da nossa turma de origem que simplesmente não teve quórum para abrir as matérias com ênfases socioculturais, só houve turma para as matérias com ênfase em saúde. Para além dessa indisponibilidade da nossa própria turma, fiquei pensando no quão estranha é essa divisão de ênfases em saúde e/ou socioculturais (lembrando que, caso o/a aluno/a deseje, pode cursar uma das ênfases como obrigatória e a outra como eletiva).

De todo modo, que bom que truncamos e tivemos a oportunidade de cursar juntos a matéria de Intervenção Psicológica em Processos Socioculturais, que possibilitou um estudo mais aprofundado das políticas do SUAS - Sistema Único de Assistência Social a partir de articulações com aquele livro maravilhoso da Conceição Evaristo, *Olhos D'água* (2016). Lembra como foi? Em todas as aulas tivemos a participação ativa de profissionais que atuavam em diferentes CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e fazíamos articulações entre capítulos desse livro com outros textos mais técnicos referentes às políticas de assistência social aqui no Brasil.

Disciplinas como essa, que, vale ressaltar, foi ministrada pela nossa orientadora Simone Maria Hüning, me deixam sempre muito esperançoso na construção de uma formação mais implicada com questões sociais e que precisam ser enfrentadas por nós, psicólogos/as, em nossas práticas profissionais. Acho lamentável que uma turma inteira simplesmente não tenha tido acesso a debates tão ricos como os que ocorreram nessa matéria e a perda não é só de quem não cursou, né? Essas faltas na formação impactam no tipo de serviço que será prestado à comunidade.

Mudando de assunto, suas perguntas retóricas me deixaram com outras tantas questões e incômodos que vou tentar aqui colocar em palavras pra compartilhar com você. Sem saber bem por onde começar, acho que vou dar início falando um pouco dessa carta compromisso do Instituto de Psicologia por uma Universidade antirracista.

Você perguntou a história que é contada com a publicação de um documento oficial se posicionando contra o racismo e eu me lembrei imediatamente das indagações que fiz à época da publicação dessa carta, que data de 30 de setembro de 2020 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS). Lembro que fiquei pensando no porquê de só naquele momento essa carta ser escrita e publicada, afinal as fraudes e os tensionamentos raciais no contexto da graduação não datam da época dessa carta compromisso, mas de muito antes.

Tive sensações extremamente ambivalentes, pois apesar de ficar feliz com a escrita e publicação de uma carta compromisso, não tive como não pensar na demora para que essa carta viesse a existir, considerando que a UFAL foi uma das primeiras Universidades do país a se engajar na adoção de um Programa de Ações Afirmativas para pessoas negras, a partir de uma resolução do CONSUNI - Conselho Universitário - datada de 2003, como consta na própria carta (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2020, p. 1). Fiquei pensando no porquê de essa carta ser apenas do Instituto de Psicologia, já que o fato gerador inicial dessa mobilização foi a fraude ao sistema de cotas da UFAL como um todo, não foi algo restrito ao Instituto de Psicologia.

Por falar nisso, você sabia que só em dezembro de de 2018 a UFAL promulgou portaria (UFAL, 2018) instituindo uma Comissão de Heteroidentificação? Até essa data as vagas destinadas ao sistema de cotas eram preenchidas exclusivamente a partir do critério de autodeclaração. A portaria nº 1.834/2018 do Gabinete Reitoral da UFAL, seguiu a portaria nº 4/2018 (promulgada em abril) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (BRASIL, 2018), que soma à autodeclaração racial o procedimento de heteroidentificação por uma banca previamente capacitada para exercer tal função.

Fico com a sensação (baseado em datas de cartas e portarias) de que esses avanços materializados em documentos legais de órgãos diversos do Poder Público chegam sempre atrasados (ainda que muito bem vindos) e sempre à custa de muita luta, desgaste e tensionamento dos movimentos sociais interessados. Essa reflexão me lembra um trecho de um artigo muito interessante de Cristiane Mare da Silva e Paulino de Jesus F. Cardoso chamado *O fim do arco-íris: a branquitude como desafio da luta antirracista no Brasil contemporâneo*, no qual, a partir de análises conjunturais políticas racializadas da época, eles afirmam que:

Em nossa opinião, nós chegamos ao limite daquilo que os descendentes de colonos europeus, brancos, estão dispostos a negociar. Sejam eles de esquerda ou de direita, sejam conservadores ou progressista, eles controlam os mecanismos de legitimação democrática e grande parte de nós, de nossas organizações do movimento social, foi reduzida a organizações não governamentais, que terceirizam aquilo que o Estado não considera Prioritário (SILVA; CARDOSO, 2017, p. 254)

Os autores finalizam o artigo com uma reflexão que, aqui do presente ano de 2023, tem qualquer coisa de profética quando afirmam que “Em breve, a esquerda branca voltará ao Governo, mas essa esquerda tão bem representada por Dilma Rousseff não nos interessa. Afinal, foi um Governo para nós, mas não conosco” (SILVA; CARDOSO, 2017, p. 256). Alegro-me um pouco saber que a profecia não se concretiza em sua totalidade, arrisco dizer, tendo em vista nomeações como a do professor Silvio Almeida como ministro dos Direitos

Humanos e Anielle Franco como ministra da Igualdade Racial, pasta fundada no atual Governo Lula.

Acredito realmente que esse pequeno avanço deve ser celebrado sem dúvida e, correndo o perigo de me repetir, realmente não desejo ser apenas um apontador de furo, mas essas vitórias acabam expondo o quão atrasados estamos. Fico ainda mais incomodado porque sei que esse avançar tem, muitas vezes, seus caminhos abertos com muito sofrimento e violências vividos diariamente por pessoas pretas. O que me deixa com a seguinte pergunta: Por que a carta compromisso foi escrita majoritariamente por alunos/as negros/as? A quem cabe a luta antirracista no Brasil, no nosso estado, na nossa cidade e na nossa Universidade? Parece-me que ainda existe uma percepção de que o racismo é problema das (e deve ser combatido exclusiva ou majoritariamente por) pessoas pretas.

Acho que já comentei com você um pensamento que tive desde que conheci o conceito de aliado fazendo um trabalho de Processos de Avaliação Psicológica II, que basicamente são pessoas que não passam por determinada opressão estrutural, mas que ainda assim se engajam na luta contra essa opressão. Nesse trabalho a validação era de uma escala de ação de aliados de pessoas LGBTQIAP+, mas não tive como não pensar nos/as brancos/as aliados/as da luta antirracista.

Tenho a impressão de que boa parte das pessoas brancas que se consideram aliadas da luta antirracista são o que eu passei a chamar de “aliados omissos”, que, no caso, apenas por pensarem não trazer consigo em suas práticas as atitudes racistas mais “clássicas”, já se entendem como aliados da luta antirracista, sem muita implicação ou ação. A minha percepção, inclusive em relação ao Instituto de Psicologia, é de que muitas vezes falta essa implicação da branquitude (composta por discentes, docentes e técnicos) em ações antirracistas. E por falar em ações, fiquei pensando se os compromissos da carta têm sido cumpridos, mas infelizmente minha condição de estudante-trabalhador nem sempre me possibilita estar tão a par de algumas questões como eu gostaria.

Numa rápida análise do *site* do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pude analisar as normas complementares referentes aos editais de monitoria e constatei que, de fato, nos editais de monitoria nos quais bolsas foram disponibilizadas, o Instituto cumpriu com o compromisso, fazendo a reserva de vaga para pessoas pretas. Outra coisa que pude perceber é que até o momento a disciplina obrigatória sobre relações étnico-raciais ainda não consta como matéria obrigatória no nosso currículo, sendo ofertada como eletiva em alguns semestres.

Infelizmente para que algumas mudanças ocorram existem trâmites burocráticos que levam tempo, como é o caso da inserção de uma nova disciplina no currículo obrigatório, que depende de reforma curricular. A boa notícia é que já existe ementa construída pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE do Instituto de Psicologia da UFAL e a matéria “Psicologia e relações étnico-raciais” comporá a grade curricular do terceiro período do nosso curso (acho oportuno que a matéria seja ofertada nos períodos iniciais da graduação). A ementa abarcará tópicos como Psicologia, raça e colonialidade; Efeitos psicossociais do Racismo; Políticas públicas de ações afirmativas e promoção da igualdade étnico-racial. Um avanço importante para o nosso curso.

Ainda sobre essa disciplina tive o privilégio de cursá-la quando ofertada como eletiva pelo professor Marcos Ribeiro Mesquita (vulgo Marquinhos) e, de fato, não faz sentido essa matéria não constar como obrigatória em nosso currículo. O que me remete à pergunta que te/me fiz na primeira carta que eu repito aqui de forma ampliada: Pode um/a psicólogo/a se formar sem saber qual a sua cor e as implicações dessa cor na sua atuação profissional? Para elaborar melhor uma resposta para essa pergunta que já fiz numa carta anterior, recorro a um trecho da entrevista, que também está no livro *Psicologia Brasileira na luta antirracista*, em que Lia Vainer Schucman, sendo entrevistada, responde a Iolete Ribeiro da Silva como a branquitude impacta o trabalho da/o psicóloga/o:

A minha conclusão é que a branquitude impede que essa pessoa seja um bom profissional, mas mesmo assim essa pessoa é considerada boa profissional, porque aquilo que é não fazer o trabalho direito relacionado aos negros, aos indígenas não é considerado, o racismo é tão naturalizado que não é considerado como um trabalho ruim. Eu vou dar um exemplo que eu gosto de pensar, tem uma entrevistada que diz o seguinte: eu nunca pensei raça, porque eu trabalho em um hospital particular, e sendo um hospital particular aqui não entram muitas questões raciais, porque só tem branco (SCHUCMAN; SILVA, 2022, p. 36).

Acho essa pontuação que Lia Vainer Schucman faz muito acertada, pois a falta a ou precariedade de letramento racial impacta diretamente na prática do/a psicólogo/a, ainda que a estrutura feche os olhos para a questão em função da naturalização de violências oriundas das matrizes de opressão. Penso que esse déficit na formação subjetiva e profissional impedem o exercício ético da psicologia. Considero essa entrevista muito boa, porque a entrevistada cita trechos de entrevistas que ela realizou com psicólogos/as que atuam em hospital, o que me remeteu à tese da Maria Aparecida Silva Bento (2002), que entrevista trabalhadores/as da área de gestão de pessoas para investigar em suas falas os pactos narcísicos da branquitude. Peço licença pra transcrever outro trecho dela no qual Lia Vainer Schucman (2022) aprofunda um pouco mais a questão do perigo dos profissionais da saúde não terem letramento racial com um exemplo bastante cruel:

Mas aí eu pergunto para ela o seguinte: quem foi teu último paciente negro aqui, você consegue lembrar? Porque tem que ir cavucando nessas entrevistas. E ela diz o seguinte: era um homem que chegou aqui com apendicite. Como que foi o tratamento? Aí ela vai contando, no meio da entrevista ela se dá conta que esse homem pediu, por muitas vezes, morfina porque ele estava com muita dor e que a equipe médica se reuniu e chegou à conclusão de que essa demanda, desse paciente por morfina estava relacionada ao fato de que ele que gostaria de se drogar no hospital. (SCHUCMAN; SILVA, 2022, p. 37).

Voltando a falar da matéria a que me referi antes desse trecho maravilhoso, e reiterando o que você já falou numa carta anterior, acabei lembrando de uma colocação da Aline Cecílio da Silva, mulher cis, negra, e nossa colega de curso, sobre o silêncio dos/as alunos/as brancos/as na maioria dos debates propostos pelo professor Marcos Ribeiro Mesquita na matéria de Psicologia Social II ao longo de todo o semestre. Ela pontuou que aquele silêncio não era indicativo de uma turma tímida e pouco participativa, tendo em vista que era um comportamento grupal específico nos debates daquela disciplina, na qual as pessoas majoritariamente implicadas nos debates raciais eram negras.

Essa fala dela me remeteu a uma frase que já ouvi num curso que fiz sobre branquitude com a Tatiana Nascimento, que não vou lembrar *in verbis*, mas é mais ou menos assim: As pessoas brancas querem/estão habituadas a protagonizar tudo, menos a sua própria branquitude. Ela desenvolve essa ideia muito bem no ensaio *Leve a sua culpa branca pra terapia* (NASCIMENTO, 2019), no sentido de que as pessoas brancas muitas vezes na sua “luta antirracista” (não boto mais aspas, porque a ABNT não me permite) estão mais ocupadas em protagonizar uma certa culpa por serem brancas, do que se responsabilizar pela sua própria branquitude. Na impossibilidade de explicar melhor do que a própria autora, transcrevo aqui um trecho desse ensaio dela:

a própria naturalidade com que pessoas brancas parecem esperar que pessoas negras estejamos sempre dispostas a ouvir suas lamentações & tristezas & arrependimentos & memórias-de-quando-eram-crianças-racistas-com-suas-empregadas é indício bastante demonstrativo dessa forma pela qual (algumas d)elas parecem considerar a culpa como um sentimento que as deixa além de aptas a, necessitadas de, receberem toda a atenção, y as faz acionar uma expectativa de cuidado paliativo: querem que estejamos prontas a acolhê-las, cuidá-las, ouvi-las, emitir pareceres redentores, auxiliá-las no processo de compreensão de “o quê quando como onde houve racismo ali”, enfim: oferecê-las alívio afetivo pro momento catártico de escoamento sentimental, subsídio político pra seu desenvolvimento moral e/ou status de ativista, e, lógico, perdão pela culpa por serem brancas (NASCIMENTO, 2019, pp. 9-10)

Ainda na intenção de ilustrar esse ponto que elegi para explorar nessa singela cartinha, relembro aqui de um momento de formação que participei fora da graduação, no qual o público era majoritariamente branco e de esquerda - essa mesma esquerda branca da qual Cristiane Mare da Silva e Paulino de Jesus F. Cardoso falam (2017). Iniciamos a formação com uma roda de conversa e, em seguida, a facilitadora da roda perguntou sem arroudes qual

era a raça de cada uma das pessoas ali e pediu que tomassem um tempo, escrevendo a sua resposta.

O resultado da dinâmica teria sido cômico, se não tivesse sido tão trágico. As pessoas brancas da roda simplesmente não se disseram brancas: eram latino-americanas, eram fogo, água, vento, eram de tudo um pouco, só não eram brancas. O ponto alto da dinâmica, pra mim, foi quando o único homem negro que estava lá respondeu que era negro, porque em se tratando de raça, a possibilidade de ser outra coisa além de negro nunca lhe foi dada, como parecia acontecer ali com as pessoas brancas.

Fica claro o desconforto dessas pessoas em se assumirem brancas, tendo em vista a relacionalidade que se impõe na construção da nossa sociedade, parece existir uma percepção velada (ou nem tanto) do que há na raiz do ser branco/a no Brasil, que é a própria ideia de branquitude e sua relação indissolúvel com raça e racismo. A racialização implica na percepção de privilégios.

Neste sentido, e fazendo um contraponto a esse desconforto em se assumir branco/a, gosto do que Joyce Souza Lopes (2017) fala ao explicitar que “Uma das questões relevantes é que o/a brasileiro/a branco/a se sente cada vez mais confortável em considerar a miscigenação, em reconhecer o "pé na senzala" ou "desenterrar a avó preta", mas isso não ausenta o poder e/ou os privilégios da/o mesma/o.” (p. 155)

Deixo aqui um trecho do livro *Privilégio Branco: uma questão feminista (?)* da Tatiana Nascimento (2022) que me auxilia nesse processo que eu chamo de “dessubjetivação” do/a racista. Dou esse nome, porque me parece que nos episódios de racismo cotidiano que ocorrem em todo e qualquer lugar, há essa movimentação enraizada nos pactos narcísicos da branquitude (BENTO, 2002) de buscar sempre uma justificativa plausível (isso existe?) para que a pessoa branca racista não seja responsabilizada, pois ela jamais teria a **intenção** de fazer mal a quem quer que seja. Frente a uma violência racial, muitas vezes o que ocorre é mais uma preocupação com a suposta boa intenção do agressor do que com a violência sofrida. É o velho “Quem me/a/o conhece, sabe” que fica entre a ação racista e a sua necessária responsabilização (agora finalmente o trecho prometido no começo do parágrafo, risos):

repito: há uma limitação ontológica no antirracismo de pessoas brancas, que é sua própria branquitude. a branquitude é um sistema de benefícios, de acessos, construção- -constituente do racismo, do qual depende a negação a benefícios y acessos a pessoas negras. a própria existência da pessoa branca atualiza o racismo. & como sistema vigente há meio milênio no brasil, o racismo não é uma instituição que pode ser facilmente revogada. enquanto houver racismo d/e supremacia branca, ser uma pessoa branca vai significar ser um símbolo disso, em diversas instâncias. (NASCIMENTO, 2022, p. 96)

Hoje me empolguei um pouco na contação de histórias, mas acho importante demais esses exemplos ilustrados, porque mostram, na minha opinião, como as pessoas brancas ainda são pouco críticas em relação a si e aos seus privilégios concedidos pelo racismo estrutural. Vou parando por aqui, porque ainda tenho umas coisas do estágio pra adiantar. Até breve, amo você!

Daniel

05/02/2023

POR QUE QUANDO O ASSUNTO É RAÇA O/A BRANCO/A CALA?

Dan, pensei bastante sobre essas questões que você apontou e uma coisa que me pegou bastante foi a fala de Aline Cecílio da Silva. Também tive o prazer de cursar Psicologia e Sociedade com ela e com alguns outros colegas queridos. Foi uma disciplina incrível, construímos muitos debates importantes e um deles foi justamente esse: o silêncio das/os brancas/os quando a temática é raça.

Considero que o espaço desse debate na disciplina foi muito positivo porque era uma matéria eletiva, então considero que mesmo as/os alunas/os brancas/os (que estavam em silêncio) de algum modo pareciam abertas/os e interessadas/os no debate. Não sei se posso estar sendo positiva demais (riso de aflição), mas acredito que essas/es alunas/os escolheram pegar essa matéria sabendo o viés social que ela tem.

De todo modo, quando surgiu esse debate, percebi que houve uma certa movimentação da parte das pessoas brancas a se sentirem realmente desconfortáveis com sua própria postura. Lembro bem que o surgimento desse debate aconteceu na aula de discussão do TCC de Yasmin Maciane da Silva (2020 - mais uma vez citada, sempre citada). Ela participou da aula como convidada especial e, como sempre, fez uma fala que me marcou muito (também não vou saber citar *in verbis* - usando esse termo porque achei bem chique na sua carta). Ela falou sobre como não quer ser grandiosa porque o que é grande é fácil de ser atingido, ela quer ser como uma pedrinha no sapato que incomoda muito e que gera um desconforto ainda maior por ser tão pequena que você nem consegue localizar facilmente.

O que de fato aconteceu nessa aula, fomos pequenos, mas causamos um desconforto muito grande. Movimentamos muito a turma, tensionando essa questão: **Por que quando se fala de raça, só o/a preto/a fala?** O que significa esse silêncio branco? Eu considero que é um reflexo dessa dinâmica de opressão que diz que o/a racializado/a é o/a outro/a. Geralmente as pessoas brancas, quando falam de raça, colocam-se na posição do/a salvador/a que tem que ouvir o sentimento do/a negro/a calado/a para dar espaço para ele/a falar ou para ser acolhedor/a ou qualquer outra coisa desse tipo... Mas pouco vejo um processo de pensar seus próprios privilégios para conseguir compreender de fato como funciona esses sistemas de opressão. É muito fácil escutar pessoas pretas falando de suas vivências e de seus sofrimentos nesse lugar distante, de quem não tem nada a ver com aquilo e que está ali para “acolher” o/a outro/a porque é bonzinho/boazinha, sabe? A isso eu chamo de antirracismo cordial (SILVA, 2020). É necessário para uma prática antirracista que as pessoas brancas entendam onde elas se localizam nessa mesma dinâmica na qual o/a preto/a é o/a oprimido/a.

Acredito que para bom entendedor meia palavra basta... Mas para não restar dúvida: Num sistema racista, o/a preto/a é oprimido/a e o/a branco/a é o/a opressor/a.

Na carta que você me escreveu, relatou sua experiência em um momento de formação no qual os/as brancos/as eram tudo menos brancos/as, e não acho que isso é por acaso. Se o/a branco/a assume que é branco/a, necessariamente está assumindo a posição de opressor/a e eles/as tentam fugir a todo custo desse lugar que de fato é o deles/as. Considero o processo de letramento racial importante, pois demarca esses lugares na sociedade. Afinal raça é um marcador social de diferença e de poder, e são esses marcadores que ditam a forma que se estruturam as desigualdades sociais e os sistemas de opressão e dominação. Sueli Carneiro (2011), em *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil* aponta exatamente sobre como que os corpos negros, durante toda a história do país, foram submetidos a diversas práticas de violência e a lugares de subalternidade.

Então pergunto: nesse sistema, quem violenta? Quem ocupa os lugares de poder? Se são os/as brancos/as que ocupam esse lugar, como é possível a construção de qualquer prática antirracista sem que esses/as se racializem e se percebam enquanto os/as privilegiados/as e dominadores/as desses sistemas de opressão? Ainda relacionado à negação da branquitude sobre sua própria branquitude, eu trago um trecho de Grada Kilomba (2019), ao realizar uma análise sobre a máscara de *Anastácia* (máscara do silenciamento utilizada no projeto colonial europeu):

A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do *sujeito negro* ser amarrada? [...] O que poderia o *sujeito negro* dizer se ela ou ele não tivesse de boca tapada? E o que o *sujeito branco* teria de ouvir? Existe um medo apreensivo, de que, se o *sujeito* colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “*Outra/o*”. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas em segredo. [...] Segredos como a escravização. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo.

Pensando especificamente sobre a realidade brasileira trago o conceito tão falado da democracia racial. O mito. Neste ciclo do Pibic (22-23), tive o desprazer de ler publicações da década de 30 de Gilberto Freyre e Arthur Ramos na íntegra, mas, apesar do sofrimento de ler tantas mentiras, pude refletir muito sobre o panorama atual do Brasil. Não é nada aleatório, muito menos algo novo, esse discurso de que não existe racismo no Brasil. Esse ideal já está enraizado na história brasileira e não poderia ser diferente se considerarmos que a história ensinada e repassada culturalmente é contada através da visão do colonizador, “o Brasil que conhecemos nos livros de história é uma invenção violentamente branca. O que poderíamos esperar de encantador se as(os) filhas(os) dessa pátria ó mãe gentil não sabem nem que lhes pariu?” (SILVA, 2020, p. 11).

Fui na origem, amigo, li “o clássico” e é absurdo. Esses homens inventaram uma história para o Brasil, romantizaram e silenciaram o estupro das mulheres negras e indígenas:

A luxúria dos indivíduos, soltos sem família, no meio da índia nua, vinha servir a poderosas razões de Estado no sentido de rápido povoamento mestiço da nova terra. [...] O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual. O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolaram o pé em carne. [...] As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho (FREYRE, 1933, p. 161).

Gostaria de não precisar citar tais palavras, mas considero importante falar desses livros para contrapor esse lugar de “livro clássico da literatura brasileira”. É uma clássica e descarada demonstração de racismo e silenciamento do sofrimento dos corpos negros, mas ainda sim são livros que até hoje ficam em destaque em livrarias e bibliotecas. E, detalhe, esse foi só um trechinho de um livro que tem mais de 700 páginas, Dan. Me senti completamente violentada com essas leituras, mas sei o quanto é importante ler para conseguir combater, para conseguir fazer uma análise crítica a respeito desse lixo que muitos consideram como obra.

Foi a partir de escritos como esse que se espalhou no Brasil e no mundo o mito da democracia racial. Em 1941, aconteceu a *Onwentsia Conference*, e Arthur Ramos detalha os acontecimentos em um de seus livros. Trago uma fala dele:

Venho do Brasil. Felizmente para nós, a tradição no tratamento das raças é um maravilhoso exemplo da tradição portuguesa. O contato de raças no Brasil é tal, que não possuímos grupos que se considerem a si próprios, como minorias. Deste modo não temos no Brasil, nem minorias de raça nem quaisquer outras espécies de minorias (RAMOS, 1943).

Entende como essa ideia é vendida até hoje? Tratam a mestiçagem como um fruto benigno das relações harmônicas entre as raças quando na verdade “o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava negra” (GONZALEZ, 2020, p. 202) e indígena.

Preciso de verdade parar por aqui, sei que preciso escrever mais sobre isso, mas realmente não consigo agora. Reacessar esses livros, reler essas falas me causa náuseas e um sofrimento muito grande. Agora mesmo finalizo a carta com lágrimas nos olhos, acredito que fica óbvio o motivo disso...

Um abraço, Dan. Vou me recompor e volto a escrever para você continuando essa linha de raciocínio em breve.

Milena.

13/02/2023

E DÁ PRA ABRIR MÃO DE PRIVILÉGIO ESTRUTURAL?

Nossa, Milena, tem que ter muito estômago, mesmo, pra ler esse tipo de “clássico”. A sua disposição para a atividade me lembrou uma fala do Silvio Almeida no podcast Mano a Mano (2022), apresentado pelo Mano Brown, que ele diz que faz questão que os/as alunos/as e orientandos/as dele leiam esses livros, por mais que a experiência possa ser desagradável, mas que é importante conhecer, dominar, para criticar com propriedade. Lamento que muitas vezes os caminhos sejam assim espinhosos.

Você citou a monografia de Yasmim Maciane da Silva e eu lembrei de um dos tópicos por ela apresentados que já começa a impactar desde o título: “A paz é Branca e Eu Vivo em Guerra: Contradições de uma “Branquitude Antirracista” (SILVA, 2020, p. 9) e segue trazendo reflexões excelentes acerca do tensionamento racial existente entre pessoas brancas que se afirmam antirracistas e pessoas pretas. Penso bastante sobre esse tensionamento e fico tentando me localizar nele. Analisar os pontos de tensão existentes nas alianças interraciais é crucial e necessário para a manutenção saudável delas. Se eu, enquanto homem branco que me entendo aliado de pessoas pretas na luta antirracista, não dou conta de elaborar, me apropriar e me responsabilizar pelas contradições inerentes aos privilégios estruturais que me são concedidos material e imaterialmente pela cor da minha pele, a quem eu realmente estou aliado? Sem a percepção de que esses privilégios nada mais são que o lado branco da moeda do racismo estrutural eu realmente sou um aliado? Acredito que não.

Essas reflexões me trazem várias outras questões. Penso muito numa frase que já ouvi algumas vezes dentro e fora dos nossos espaços de formação na graduação, algo sobre não só perceber os privilégios, mas abrir mão dos privilégios. Como se abre mão de um privilégio estruturalmente garantido? Por mais que pense, não vejo como. Acho a afirmação ingênua e preguiçosa ao mesmo tempo, porque me parece vir de um lugar de pouca reflexão. Dizer que se pode abrir mão de um privilégio estruturalmente dado seria, pra mim, a equivalência diametralmente oposta de uma pessoa preta dizer que vai abrir mão de sofrer racismo.

Em tempo, deixo registrado que essa reflexão, apesar de seguir comigo, não é minha. O questionamento é mais uma das pérolas que pude absorver de um curso que fiz com a Tatiana Nascimento há um tempo atrás. Acho paradoxal considerar a possibilidade de utilizar o próprio privilégio branco para o enfrentamento do racismo. Não sei se estou me fazendo entender e honestamente não dou conta de pensar sozinho os limites e implicações disso que estou colocando aqui pra você, são apenas questionamentos que me faço constantemente na busca por práticas de enfrentamento possíveis.

Penso muito num texto do livro *Sister Outsider* da Audre Lorde (1984 - hoje já temos esse livro traduzido, mas demorou 35 anos pra ele chegar no Brasil) cujo título numa tradução livre significa que “As ferramentas do senhor jamais desmantelarão a Casa Grande”. Vou traduzir aqui pra você um trechinho que acho muito bom e que me ajuda a pensar essas contradições que precisam ser consideradas nas alianças:

É aprender como pegar as nossas diferenças e transformá-las em força. Porque as ferramentas do senhor jamais desmantelarão a Casa Grande. Elas podem permitir que temporariamente vençamos ele em seu próprio jogo, mas elas jamais nos habilitará a trazer mudanças genuínas. E esse fato só é ameaçador para aquelas mulheres que ainda veem a Casa Grande como sua única fonte de suporte. (Tradução do autor - LORDE, 1984, p. 12)

Eu honestamente não tenho pretensão de encontrar as respostas para esses questionamentos, mas acredito que eles devem estar sempre presentes para as pessoas brancas que se pretendem aliadas e antirracistas. Cabe a nós brancos/as, inclusive, habitar esse desconforto (se é que dá pra chamar assim) de muitas vezes não sabermos o que fazer, utilizando-o não para justificar a paralisia pela via da culpa (NASCIMENTO, 2019), mas a ação pela via da responsabilização de ser opressor/a na relação de poder existente e seus desdobramentos.

Tocar nesse assunto me fez pensar no meu processo de racialização. Acho esse processo de me perceber branco veio muito forte nessa trajetória da graduação, pelo contato que pude ter com teorias que me possibilitaram essa reflexão. Foi ao longo do curso que eu fui percebendo como a cor da minha pele foi um facilitador em diversas das minhas escolhas e trajetórias diversas. Esses privilégios permeiam a vida das pessoas brancas de modo tão amplo, que fica difícil dar nome e apontar todos, porque, como já falei um pouco antes nessa carta, são imateriais e difusos (mas absolutamente presentes).

Uma das coisas que desnaturalizei nesse processo de me perceber branco foi o conforto que senti ao ocupar os espaços acadêmicos. Tanto nessa graduação em psicologia, como na anterior que fiz também na UFAL, a sensação em relação à Universidade foi sempre de muita alegria e pertencimento. Quando falo em pertencimento, é especificamente uma sensação de vinculação àquele lugar, de ser a Universidade um lugar “naturalmente” meu, porque me senti vinculado mesmo numa graduação com a qual eu não me identificava. Mesmo nas minhas maiores crises em relação ao curso, nunca me passou pela cabeça que a Universidade não era para mim.

Essas reflexões me fazem pensar nos privilégios materiais e simbólicos (SCHUCMAN, 2012) inerentes à branquitude que sustentam essas sensações sobre as quais falei no parágrafo anterior. Fica muito claro pra mim que essa sensação completamente

lastreada no privilégio branco tem como consequência direta um espelhamento perverso no sentido de que pessoas pretas podem muitas vezes não se sentir pertencentes a estes espaços, ou mesmo entender e perceber o espaço acadêmico como extremamente hostil e não acolhedor.

Fico muito admirado e feliz com os movimentos de resistência que surgem frente à hostilidade, como o Coletivo Pretes Psi e a ANUUFAL (Associação de Negros da UFAL). Ainda assim, resistência é uma palavra que anda meio gasta e cansada no meu vocabulário. Resistir enquanto obrigação é única possibilidade de sobrevivência em alguns espaços tem qualquer coisa (ou tudo) de cruel. Não falo jamais no sentido de querer de alguma maneira desmobilizar a luta, mas de lamentar que ela ainda seja tão necessária nos dias de hoje.

Infelizmente essas citações que você trouxe na sua carta e que te machucaram ainda circulam com bastante força atualmente, o que acontece (quando muito) é que esses discursos (e aqueles/as que os/as proferem) vão absorvendo novas camadas, criando novas tecnologias para sua manutenção, vão ficando mais elaborados, o que vai tornando a luta mais difícil. Falar nisso me lembrou de um artigo que li recentemente de Fernanda Carrera e Catharina Marques (2022) intitulado *“Racism is not getting worse, it’s getting filmed”*: *Considerações sobre a viralização, comoção pública e branquitude no ambiente digital*. O início do título, que está em inglês, é a transcrição de uma fala do ator Will Smith numa entrevista e numa tradução livre seria algo como “O racismo não está piorando, ele está sendo filmado”.

Não quero finalizar essa carta com desesperança ou semblante de cansaço. A mim não cabe estar cansado nessa luta. Acredito demais nas estratégias de enfrentamento que vão sendo construídas a muitas mãos numa arteficialidade coletiva, cheias de afetos, trocas e descobertas. Consigo ver muita potência num saber-fazer psicológico que seja realmente antirracista e leve em contato os marcadores de cada sujeito sem, no entanto, enclausurá-lo nesses marcadores.

Despeço-me apenas lembrando que já estou ansioso pra ler sua pesquisa nova nesse ciclo do PIBIC, ao passo que já guardo comigo a certeza de que mais uma Excelência Acadêmica vem aí. Desculpa a demora pra responder essa carta. Atrasei por motivos de carnaval. Espero que você esteja bem e que nos vejamos em breve. Ah, vou mandar esse artigo que mencionei há pouco pra você por e-mail, certo? Acho que você vai gostar dele.

Daniel.

26/02/2023

DEPOIS DO LIXO CLÁSSICO, UM PONTO DE DESCANSO, CURA E DENGU NO FEMINISMO NEGRO

Dan, após ler sua carta me sinto pronta para dar continuidade ao que falava em minha carta anterior: o mito da democracia racial, a mestiçagem e o projeto de embranquecimento da população brasileira. Mas antes... você mencionou o Coletivo Pretes Psi e vou comentar uma coisita sobre a graduação.

Assim que cheguei no curso, no primeiro dia de aula, fui acolhida por pessoas maravilhosas, minhas/meus veteranas/os pretinhos/as. Pretinhos/as Psi foi um grupo de pretas/os da psico que existia quando entrei. O grupo acabou se dissipando porque era muito difícil se encontrar, sabe? A rotina dentro da UFAL é um atropelo por si só, somado a correria de morar na perifa, emprego, entre tantos outros fatores, essa realidade de estar sempre atropelado vai se multiplicando. Então a gente não tinha como se encontrar. Nosso curso não tem intervalo entre aulas, o diálogo era sempre muito difícil para negociação de faltas para poder fazer o encontro durante as aulas e tantas outras dificuldades...

Trago isso para, mais uma vez, demonstrar como as políticas de permanência ainda são muito precárias e por vezes inexistentes. De toda forma, seguimos lutando e resistindo e o Coletivo Pretes Psi surgiu e para mim é uma conquista muito vitoriosa (perdoe a redundância), pois a proposta do coletivo é de potencializar nossas vivências na academia. Discutimos essas autoras que utilizamos aqui, por exemplo. Compartilhamos textos, pesquisas, poesias e músicas que nos afetam. Fico muito feliz de ver que o coletivo tem crescido e espalhado sementes por outros cursos também.

Dan, na última carta que te escrevi, trouxe algumas passagens de Gilberto Freyre e Arthur Ramos romantizando o processo violento da miscigenação brasileira. Djamila Ribeiro, no *Quem tem medo do feminismo negro?* (2018), debate exatamente sobre como essa idolatrada miscigenação que é usada para legitimar a democracia racial no país foi na realidade fruto de estupros cometidos a mulheres negras e indígenas. “Seus corpos não eram vistos como propriedade delas, prestavam apenas para ser explorados em trabalhos servis exaustivos, além de serem depósitos de abuso sexual, humilhação, vexação e violência emocional constantes” (RIBEIRO, 2018, p. 141).

Essa defesa escancarada da existência de uma democracia racial no país é, ao mesmo tempo, um processo de invisibilização da violência e uma forma de opressão, é romantizar o fato de que essas mulheres estavam na condição de escravizadas e que suas vontades não existiam perante seus donos. O que Gilberto Freyre chama de “furor de don-juan das senzalas

desadorado atrás de negras e molecas” (1933, p. 266) e de inclinação do português para o “contato voluptuoso com mulher exótica” é na realidade o reflexo do poder que os/as escravizadores/as brancos/as exerciam contra mulheres negras e indígenas escravizadas, utilizando da violência para cometer abusos físicos, sexuais e psicológicos. bell hooks (2022), no livro *E eu não sou uma mulher?*, comenta sobre as situações de abuso dentro dos navios negreiros:

A nudez da mulher africana servia como um constante lembrete de sua vulnerabilidade sexual. Estupro era um método comum de tortura usado pelos escravizadores para subjugar negras recalcitrantes. A ameaça de estupro e de outras violências físicas causava terror psíquicos [...] Robert Shufeldt, um estudioso do comércio de pessoas escravizadas, registrou o predomínio de estupro em navios negreiros. Ele afirma: "naquela época, várias negras chegavam a nossos litorais já engravidadas por alguém da tripulação demoníaca que a trouxe para cá." [...] Eram cruciais, no preparo de pessoas africanas para o mercado de escravos, a destruição da dignidade humana, a eliminação de nomes e status, a dispersão de grupos (p. 41-43)

Compartilho esses trechos contigo porque depois da carta passada ter me nauseado tanto, tendo que citar esses racistas, eu precisava trazer a voz dessas mulheres para me sustentarem e dialogarem comigo nesses contrapontos a esse lixo clássico. Ler esse material foi terrível, como já disse outras vezes, mas não tem como não dizer novamente... É abismante como consegue ir piorando a cada página lida, mas é como você mesmo citou, né? Por mais desagradável que esteja sendo a experiência, está sendo importante para conseguir criticar de forma aprofundada. Precisamos estar atentos ao alerta de Djamila Ribeiro (2018) sobre a necessidade de romper com o mito da democracia racial que invisibiliza o racismo estrutural da sociedade. Reitero então a importância de contar/estudar a história não contada da colonização do nosso país e o perigo de se ter uma história única (ADICHIE, 2019).

Chimamanda Ngozi Adichie (2019), traz, em *O perigo de uma história única*, “eu amava aqueles livros [...] abriram um mundo novo para mim, mas a consequência não prevista foi que eu não sabia que pessoas iguais a mim podiam existir na literatura” (p. 7). Ela está falando sobre literatura nesse trecho, mas trago essa crítica para pensar a psicologia na medida em que, do mesmo modo, a importação acrítica de produções europeias têm acarretado na compreensão de uma subjetividade universal (branca).

Outra coisa é que concordo demais contigo quando fala do aperfeiçoamento dessas ferramentas de opressão, porque analisando esses contextos históricos e compreendendo as estratégias de dominação desde suas origens torna possível a visualização desses processos de aprimoramento através de políticas de extermínio. Essa ideia romantizada da miscigenação alimenta a ideia de relações harmônicas entre as raças e produz o discurso tão conhecido e extremamente disseminado atualmente (repito: **atualmente**) sobre a não existência de

negros/as e indígenas no país quando é conveniente para os/as brancos/as que esses não existam. Afinal, estamos numa democracia racial, o Brasil é um país harmonicamente miscigenado e somos todos/as iguais, não existem pretos/as, nem brancos/as (contém muita ironia).

Como Lélia Gonzalez (2020) diz, “o racismo no Brasil é profundamente disfarçado” (p. 302), mas a realidade brasileira é que a população negra sofre com a dominação e a exploração branca desde a época da escravidão, não cessando após a falsa abolição. Grada Kilomba (2019) fala perfeitamente, sobre esses processos de desracialização quando convenientes:

previnem que pessoas brancas sejam confrontadas, em suas vidas cotidianas, com a realidade de pessoas negras e com formas pelas quais percebemos, experienciamos e sentimos essa realidade (ESSED, 1991). Além disso, elas também impedem o sujeito branco de ter de lidar com o desconfortável fato de que diferenças existem e que essas diferenças surgem através dos processos de discriminação. Nesse momento de revelação, o sujeito branco diz, repentinamente, ao sujeito negro que este é incolor (KILOMBA, 2019, p. 146)

O nome do capítulo que contém esse trecho é *‘Bom, mas para mim você não é negra!’ - Fobia racial e recompensa*. É basicamente o que vemos cotidianamente com o “ai, mas você não é negra/o, você é morena/o”. Bom... mais uma vez isso para mim demonstra como que essa adoração pela miscigenação é o reflexo das políticas de branqueamento da sociedade brasileira que visavam “diminuir os danos” causados pelos/as negros/as no país. Teoria completamente eugenista que visava exterminar a população negra no país! Se quiser ler um péssimo texto, porque é completamente desagradável, te indico o próprio discurso de João Baptista Lacerda (1911), que representou oficialmente o Brasil no Congresso Universal das Raças, em 1911. É completamente nauseante, amigo. Ele livremente apresenta um projeto de branqueamento da sociedade para conseguir extinguir a raça negra em 100 anos.

Toda a construção da história brasileira aponta para esse apagamento sistemático da população negra no Brasil, “alguém quer fazer (e manter) o conhecido desconhecido” (KILOMBA, 2019, p. 42). E com a miscigenação surgiram os termos que vão classificar em ruim (mestiço/a, moreno/a...) e muito ruim (negro/a, preto/a...), construindo dessa forma um ideário social que nega massivamente que a negritude possa ser admitida de forma positiva. Esse processo é de uma violência inimaginável porque desvincula o sujeito negro de suas origens e retira as possibilidades de representação com caráter positivo do/a negro/a na sociedade. Como dizem as gêmeas Tasha e Tracie na música *Poco*: “Tira a autoestima. Não me amo se não me vejo. Criminaliza e suga a existência ao mesmo tempo” (OKEREKE; OKEREKE, 2020).

Vou finalizar por aqui, aproveitar a deixa para botar uma Tasha e uma Tracie para tocar, tirar uma panca e descansar por hoje. Tinha pensando em falar sobre colorismo, mas militei demais e vou precisar de repouso (risos). Vou deixar esse gancho aqui para você me dizer o que pensa do colorismo no Brasil, intrinsecamente relacionado a esses processos históricos, para gente poder deixar em aberto uma boa questão para uma próxima pesquisa. Sim, vou botar o homem branco para trabalhar, porque eu já estou cansada. Inclusive, essa é a minha última carta pra você.

Um beijo, amigo!

Com amor, Milena.

14/03/2023

COLORISMO: FILHO REGISTRADO E BATIZADO DO RACISMO

Milena, você encerrou a carta falando em Tasha e Tracie e eu lembrei do show maravilhoso delas que fomos no ano passado. Sou muito encantado com a produção artística delas e com o que elas representam, que pra mim passa por uma mensagem de empoderamento, pertencimento racial e muito orgulho das próprias raízes. Gosto de um trecho da música *Rouff* que elas falam “Não quero ser chave mestra, eu quero arrombar. Invadir essa porra, render esses cara. Eu sou boa demais pra ser ignorada. Só pode fazer essas letra fraca, porque sua existência não é questionada” (OKEREKE; OKEREKE, 2021).

Começando a carta já com essa pedrada, fico pensando nessa necessidade estruturalmente imposta de “ser boa demais pra ser ignorada”. Há um esforço extra para que uma pessoa preta, ainda mais se for mulher, possível e provavelmente vai ter que fazer muitas vezes para conseguir reconhecimento, seja ele qual for, inclusive o reconhecimento do *status* de sujeito, mesmo. Em seguida elas fazem uma crítica ao privilégio branco que existe na possibilidade de ser medíocre, fazer sucesso mesmo compondo letras de menor qualidade pelo fato de não ter a sua existência questionada. Mas não vou ficar aqui repetindo o que elas já falaram tão bem (aos leitores desta carta que não conheçam essas gêmeas maravilhosas, vale a busca).

Aproveito esse início meio musical pra falar do que fiquei pensando sobre quando você traz novamente os perigos da história única. Ao longo dessas nossas trocas acho que ficou bastante claro a importância que a gente dá à ferramenta interseccional e do nosso entendimento compartilhado sobre a impossibilidade de uma escuta ética de profissionais da psicologia sem a sua utilização.

Falo novamente nesse perigos por achar essencial que seja bastante frisada essa questão de que na nossa escuta enquanto psicólogos/as devemos ter bastante cuidado para não transformarmos a ferramenta interseccional numa forma de aprisionar o sujeito, limitando suas possibilidades. Penso que isso pode ocorrer caso apenas o escutemos a partir de seus marcadores, sem considerar como, a partir de sua subjetividade, o sujeito se organiza de maneira distinta e única com esses marcadores. Essas nuances deixam a ferramenta ainda mais complexa, exigindo de nós uma postura ética de abertura ao novo e à potência dos encontros, que serão também únicos.

Quanto ao trecho que você traz de Grada Kilomba, acho genial como fica evidenciado o que a gente já vem discutindo ao longo das nossas trocas. O/A branco/a que nega a negritude de uma pessoa preta, parece operar uma parca tentativa de superar raça sem

antes superar o racismo. É o mito da democracia racial posto em prática, já que o/a preto/a não é tão preto/a assim e o/a branco/a não se reconhece enquanto branco/a no sentido de se responsabilizar pela já comentada relacionalidade dos seus privilégios. Tem um trecho do livro *Colorismo* da Alessandra Devulsky que articula bem com essa questão que eu trouxe agora e gostaria de compartilhar com você aqui:

Deturpar, menosprezar e odiar iniciam o processo de apagamento da negritude. Ejetar do campo semântico tudo o que seja um referencial positivo ao mundo negro, apagando-se civilizações negras e suas consequentes conquistas torna-se, assim, possível. Executado nessa ordem, o processo de validação da exploração do corpo torna-se viável. Por isso, falar em extinção do termo “racial” significa queimar uma etapa primordial na luta antirracista. A recuperação da humanidade vilipendiada não se dá somente no espaço da reivindicação. Ela necessita, antes, da reincorporação dos valores constituidores de sua humanidade, das notas distintivas que fazem de um povo aquilo que ele é. (DEVULSKY, 2021, p. 67)

Ficamos então com este grandessíssimo mistério de um país racialmente democrático, no qual todos/as, independentemente da sua cor de pele, possuem as mesmas condições e possibilidades, mas, mesmo dentro deste grande sonho de Brasil igualitário, é fácil conseguir “adivinhar” a cor de pele de um bilionário (branca, deixando aqui claro para os leitores desavisados) na mesma proporção que é fácil “adivinhar” a cor de pele de uma empregada doméstica (não vou nem me deter nas escolhas de flexão de gênero que fiz, mas basta olhar as fotos na revista Forbes¹ ou os números do IBGE², para ver como é fácil confirmar o que estou falando aqui). A invisibilização e a resistência aos processos de racialização são, no meu entendimento, tentativas claras (in)conscientes de manutenção do *status quo*. Não há como superar, ou mesmo enfrentar, o que não existe, né?

Em relação ao gancho que você deixou sobre o colorismo, quero só dizer que gostei bastante da escolha da palavra. É como eu me sinto em relação à temática muitas vezes: enganchado. Não sei se tenho algum posicionamento definitivo a respeito, porque acho as questões oriundas do colorismo bastante complexas e com muitas nuances (mas pensando bem, com a disposição adequada de perceber, o que não é complexo e cheio de nuances?).

Inclusive, desde que começamos com a ideia de fazer esse Trabalho de Conclusão de Curso em dupla, ao comentar com alguns amigos do próprio Instituto de Psicologia sobre a proposta inicial e me posicionando como um homem branco, fui questionado 2 vezes em relação à minha autodeclaração como branco por pessoas que considero ter letramento racial. Passei um tempo pensando nessas contestações e com a seguinte indagação: Afinal de contas quem é negro/a no Brasil? Já me faço essa pergunta há um bom tempo por ter participado da

¹Disponível em: <https://forbes.com.br/bilionarios-2022/2022/12/lista-forbes-de-bilionarios-brasileiros/>

²Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Estudos/Perfil_trabalhadores_domesticos_abril2006.pdf

composição de bancas de heteroidentificação (como membro branco) aqui na UFAL e eventualmente ser tomado por uma dúvida angustiante em relação à pertença racial e consequente direito à utilização da política de cotas da Universidade de alguns candidatos (em se tratando de raça no Brasil, as coisas não são preto no branco, risos).

Nossos processos de miscigenação/branqueamento da população foram tão violentos e intensos que muitas vezes a confusão sobre quem é negro/a no Brasil é generalizada, havendo divergências no entendimento sobre essas questões de pertencimento racial não só entre pessoas com baixo letramento racial, mas também entre intelectuais que discutem, pesquisam e vivem a temática.

Confesso que depois de ser interpelado passei algum tempo me interrogando sobre a minha branquitude, revisitando memórias, procurando em minha história situações de racismo que eu posso ter vivido e não ter percebido, mas não encontrei nada que me levasse a pensar o contrário em relação à minha pertença racial. Gosto bastante do trecho de um artigo curtinho da Fátima Oliveira (2004), médica negra e referência na luta por uma saúde pública antirracista, intitulado *Ser negro no Brasil: alcances e limites* que diz o seguinte:

Identidade racial/étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura. (OLIVEIRA, 2004, p. 57)

Apesar de fenotipicamente ter algumas características que possam remeter à negritude, como o cabelo cacheado e os lábios mais grossos, meu sentimento de pertencimento racial bem como minha percepção quanto às minhas vivências é de uma pessoa branca. Não acho, por exemplo, que a política de cotas é para pessoas com o meu fenótipo (**e na hora da cota tem branco/a demais querendo ser pardo/a**). Vou já me desculpando por ter me prolongado neste tópico sem, de fato, entrar na questão que você me propôs, mas quis pontuar aqui a confusão que muitas vezes existe em relação à pertença racial exatamente por conta da diversidade fenotípica que resultou do nossos processos de branqueamento da população já mencionados.

Finalmente falando mais diretamente sobre colorismo, depois de todas as ressalvas que fiz, acredito que o primeiro ponto que precisa ser demarcado é que, assim como o privilégio branco (que é desdobramento do racismo puro e aplicado) o colorismo é um desdobramento do racismo, de modo que quanto mais a pessoa preta se aproxima do padrão branco imposto, quanto maior for a aproximação fenotípica à/ao branco/a europeu, menos

preconceito essa pessoa vai sofrer (claro que esse marcador se articula com outros como classe e território).

No entanto, ainda que o colorismo seja filho registrado e batizado do racismo, acho que é importante considerar os efeitos dessa “melaninocracia” na comunidade negra. O que a Alessandra Devulsky (2021) chama de “colorismo interno”, discutindo em seu livro sobre os aspectos da introjeção, eu acho que fica muito bem explicitado num trecho do artigo autoetnográfico de Joyce Souza Lopes (2017) falando sobre suas vivências da infância num bairro periférico de Salvador:

Sobre o meu lado, tal qual me custa argumentá-lo, firma-se (ou tento firmar) na análise cotidiana das relações raciais que me vejo envolvida desde a infância. Quando recorro à memória posso mencionar o despertar e a compreensão dos privilégios de ter sido a "mais clarinha" num universo periférico que é o bairro do Curuzu, na Liberdade, conhecido popularmente como o mais negro de Salvador - há quem diga ser o maior bairro negro fora da África (SEIXAS, 2015). As experiências de ser cuidada e zelada de modo especial, por exemplo. Quando todas as crianças voltavam para casa sozinhas depois de uma festa de aniversário, a mim cabia a atenção de ser acompanhada, de preferência por algum familiar próximo da/o aniversariante, bem como existia a cautela em se certificarem se comi, bebi e me diverti. Ações que, hoje entendo, refletem uma espécie de tratamento concernente aos que são "de fora", diferenciada/os ou privilegiada/os. De acordo com meu contexto sociofamiliar, nada além da brancura relativizada dos fenótipos, especificamente do meu e o do meu pai (que também nasceu e cresceu ali e é filho de uma relação inter-racial), explica tal tratamento. (p. 160)

Acho esse relato muito rico, porque dá conta de explorar de forma concisa isso que levantei no parágrafo acima sobre quanto maior a sua passabilidade branca, maiores serão os acessos a privilégios, ainda que limitados pela própria branquitude. Nesse sentido, e já em vias de encerrar minha carta, prometo, compartilho aqui o que Devulsky (2021) desenvolve em seu livro sobre passabilidade (que ela chama de *laisser-passer* - achei chique e me achei colonizado por achar chique) e suas limitações no âmbito do colorismo:

No Brasil, o colorismo estipula o quanto é possível ser negro gozando de alguma segurança. A mestiçagem serve, assim, como *laisser-passer*. Contudo, um negro de pele clara lido como sujeito autorizado a circular na esfera branca de poder, ao portar um turbante, ao usar um dread no cabelo, pode perder com muita facilidade seu *laisserpasser*. A sutil linha que divide esses espaços de trânsito social é facilmente rompida, e essa insegurança é apreendida quase que naturalmente na sociedade por negros, especialmente os de pele clara, visto que para aqueles de pele escura a linha separatória é praticamente inamovível. Por isso, roupas, signos ostentatórios de riqueza, estéticas eurocênicas, todos esses elementos fazem parte do arcabouço de valores que negros usam para aliviar a carga de racismo a qual estão expostos. (DEVULSKY, 2021, p. 28)

Esse um apanhado geral sobre o que eu penso (com toda ajuda possível dessas autoras) em relação ao colorismo. Peço desculpas pela demora para enviar essa carta, que é minha última carta pra você (talvez por isso eu fiquei prolongando o momento, porque tenho amado essas nossas trocas). No mais acho que só me resta agradecer pela companhia nesse

caminho delicioso e tortuoso que tem sido a graduação e deixar aqui registrado que eu espero que a gente ainda percorra muitos outros caminhos juntos. Sua amizade me enriquece de maneiras que eu nem consigo colocar em palavras.

Beijos mil,

Daniel.

29/03/2023

COMO SE CONCLUI UMA DISCUSSÃO QUE PRECISA SEGUIR ACONTECENDO?

Oi de novo! Você que nos leu até aqui acompanhou todo um diálogo que teve como foco a investigação acerca da importância do letramento racial como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural pelos profissionais da psicologia interrogando as nossas vivências no percurso da graduação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas. Importante lembrar, nesse momento de finalização, que “a escrita que não está orientada pela bússola da verdade” (KNIJNIK, 2016, p.77), portanto, “não venho armado de verdades decisivas” (FANON, 2008, p. 25).

Chegamos na conclusão, mas consideramos que esse debate não se encerra aqui. Escrevemos essas cartas numa tentativa de enunciação, contar a história que é silenciada, pois “aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que 'pertencem'. E aquelas/es que *não* são ouvidas/es se tornam aquelas/es que ‘*não* pertencem’” (KILOMBA, 2019, pp. 42-43).

Encerramos esse momento com algumas considerações a respeito do letramento racial como ferramenta para o combate ao racismo. Entendemos como crucial a conscientização e a responsabilização no que diz respeito à cor de cada sujeito e as suas implicações sociais, éticas e políticas em meio a uma sociedade altamente estratificada em razão do marcador social raça (articulado com outros marcadores).

Uma formação que contempla o letramento racial, que se dá também a partir da instrumentalização da interseccionalidade do feminismo negro nas práticas profissionais, possibilita o enfrentamento a narrativas raciais distópicas que infelizmente ainda existem, circulam e se atualizam em nosso país. Como é o caso do mito da democracia racial, conceito que ficou amplamente conhecido após a publicação do livro *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre (1933), que nos parece o abasileiramento da teoria da neutralidade racial mencionada em nossas cartas.

Considerando os fatores históricos do surgimento da psicologia somado ao cenário político-social brasileiro é necessário o processo de letramento racial para que psicólogas/os saibam a sua cor e as implicações desse marcador na sua trajetória profissional e de vida. Acreditamos que é dever da universidade/instituição de ensino ser também responsável por esse processo, ofertando debates, oficinas, disciplinas etc. com o objetivo de analisar criticamente a construção do país e da identidade cultural brasileira, o processo de miscigenação e das consequentes relações de poder que estruturam a sociedade brasileira através de políticas de dominação e extermínio e manutenção da desigualdade.

Desse modo, consideramos que uma formação em Psicologia que não garanta às/aos alunas/os a possibilidade de acesso ao letramento racial (que, inclusive, já deveria estar em curso muito antes do ingresso no ensino superior) falha eticamente. Pensamos que os/as psicólogos/as, para que atuem eticamente em qualquer tipo de serviço precisam ter as habilidades de compreensão, reflexão e ação diante das dinâmicas raciais existentes em cada contexto, sabendo articulá-las com outros marcadores sociais de poder e diferença, tendo ainda a percepção das consequências dessas dinâmicas no que tange às relações interpessoais e institucionais.

Além disso, entendemos essencial demarcar a importância de construções futuras para o desenvolvimento do debate acerca de temas como: o colorismo no Brasil, a evasão de estudantes negras/os e indígenas pela ausência de políticas de permanência na universidade, a importância das políticas de cotas e a problemática referente ao (não) enfrentamento das fraudes nas cotas raciais, entre outras questões que estão completamente articuladas e precisam ser destrinchadas e elaboradas para o desenvolvimento do letramento racial como estratégia de combate ao racismo.

Por fim, queremos agradecer aos colegas de curso (e de universidade) e às/aos professoras/es que cruzaram nossos caminhos e somaram na construção de conhecimentos silenciados por muito tempo, alguns citados em nossas trocas e outros que mesmo sem o nome no texto fizeram e fazem parte de todo esse processo. Somos e seremos resistência, a pedrinha nos sapatos de uma hegemonia excludente. Que permaneçamos tensionando essa roda que insiste em esmagar alguns grupos sociais. **Falaremos de novo sobre raça e racismo e falaremos quantas vezes mais forem necessárias.**

Ficamos por aqui!

Com amor, Mileniel.

11/05/2023

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ARAGÃO, Herifrania Tourinho et al. Impactos da Covid-19 à luz dos marcadores sociais de diferença: raça, gênero e classe social. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 338-347, 2022.

BATTISTELLI, Bruna Moraes. **Carta-grafias: entre cuidado, pesquisa e acolhimento**. 2017. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional) - Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/169461>. Acesso em: 08/11/2022.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. doi:10.11606/T.47.2019.tde-18062019-181514. Acesso em: 2023-04-23.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria de Gestão de Pessoas. **Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da Lei nº12.990, de 9 de junho de 2014**. Portaria normativa nº 4, de 6 de abril de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/9714349/do1-2018-04-10-portaria-normativa-n-4-de-6-de-abril-de-2018-9714345. Acesso em: 20/02/2023

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015.

CARRERA, Fernanda; MARQUES, Catharina. “Racism is not getting worse, it’s getting filmed”: considerações sobre viralização, comoção pública e branquitude no ambiente digital. **Revista Eco-Pós**, v. 25, n. 2, p. 91-120, 2022. DOI: 10.29146/ecopos.v25i2.27897. Acesso em: 06/12/2022

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: <https://blogs.law.columbia.edu/critique1313/files/2020/02/1229039.pdf>. Acesso: 10/03/2023

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Pallas Editora, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Letramento Racial Crítico. In: Doris Cristina Vicente da Silva Matos e Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de Sousa (Org.). **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. Campinas, SP : Pontes Editores, 2022, p, 207-214.

FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. **Rio de Janeiro: Schmidt Editor**, 1933.

GESSER, Roselita; COSTA, Cleber Lázaro Julião. Menina Mulher Negra: construção de identidade e o conflito diante de uma sociedade que não a representa. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo , v. 26, n. 1, p. 18-30, jun. 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Rosa dos Campos, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Distribuição da população, por cor ou raça, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasil: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>. Acesso em: 23/11/2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KNIJNIK, Luciana. **CALIGRAFIAS DA PRISÃO - A palavra que resta, se resta, ao homem confinado na noite sem fim**. 2016. 237f. Tese (Doutorado em Psicologia Social)- Departamento de Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LACERDA, João Batista de. Sobre os mestiços no Brasil (1911). In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **“Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco”**. História, Ciências, Saúde. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 1-12, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247540/mod_resource/content/1/Sobre%20os%20mesti%C3%A7os%20do%20Brasil.pdf>.

LIPSITZ, George. The Sounds of Silence: How Race Neutrality Preserves White Supremacy. In: CRENSHAW, Kimberlé Williams et al. (Eds.). **Seeing Race Again: Countering Colorblindness Across the Disciplines**. California: University of California Press, 2019. p. 23-51.

LOPES, Joyce Souza. “Quase negra tanto quanto quase branca”: autoetnografia de uma posicionalidade racial nos entremeios. In: CARDOSO, Lourenço; MÜLLER, Tânia M. P., (Org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba-PR: Appris editora, 2017. p. 155-173.

LORDE, Audre. The Master’s Tools Will Never Dismantle the Master’s House, in: _____. **Sister outsider: essays and speeches**. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p. 110-113.

MANO A MANO. **Entrevistado: Silvio Almeida. Entrevistador: Mano Brown**. [S.I]: Spotify Studios, novembro. 2022. Disponível em:

<https://open.spotify.com/episode/5VaSZbTi8pkNuht3LvtOLJ?si=a12f820d9e8445a0>. Acesso em: 05/12/2022

MORAES, Márcia; BERNARDES, Anita Guazzelli. Apresentação. In: **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em Psicologia**. MORAES, Márcia et. al (org.). Vitória : EDUFES, 2014. p. 7-14. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1630/1/Cartas%20para%20pensar%20politicas%20de%20pesquisa%20em%20psicologia.pdf>. Acesso: 15/04/2023

NASCIMENTO, Tatiana. **leve sua culpa branca pra terapia**. série zami. Brasília, DF: Padê editorial, 2019

_____. **Privilégio Branco: uma questão feminista (?)**. Brasília, DF: Padê Editorial, 2022.

OKEREKE, Tasha; OKEREKE, Tracie. **Poco**. Tasha & Tracie. [S.I]: Altafonte Network S.L. (em nome de Ceia Ent.), 24/06/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uO4iqK0DGzk>. Acesso em: 13/03/2023.

_____. **Rouff**. Tasha & Tracie. [S.I]: Altafonte Network S.L. (em nome de Ceia Ent.), 19/08/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cskZ8MXbNeY>. Acesso em: 17/03/2023.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, v. 18, n. Estud. av., 2004 18(50), p. 57–60, jan. 2004.

RABELO, Dóris Firmino; SANTOS, Naylana Rute da Paixão. Racismo e envelhecimento: invisibilidades, desigualdades e questões de gênero. In: Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. **Psicologia brasileira na luta antirracista: volume I**. Brasília: CFP, 2022. p. 250-274. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-1801-web.pdf>. Acesso: 22/04/2023.

RAMOS, Arthur. **Guerra e relações de raça**. Departamento editorial da União nacional dos estudantes, 1943.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Lugar de Fala**. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

SANTANA, Juliana Prates; CASTRO, Lucia Rabello. A questão racial e o racismo estrutural no Brasil: uma análise nos estudos da infância e juventude. In: Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. **Psicologia brasileira na luta antirracista: volume I**. Brasília: CFP, 2022. p. 226-248. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-1801-web.pdf>. Acesso: 22/04/2023.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Tese (Doutorado em

Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521. Acesso em: 2023-04-23.

SCHUCMAN, Lia Vainer; SILVA, Iolete Ribeiro da. Branquitude. In: Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. **Psicologia brasileira na luta antirracista: volume I**. Brasília: CFP, 2022. p. 32-47. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-1801-web.pdf>. Acesso: 04/04/2023.

SILVA, Cristiane Mare da; CARDOSO, Paulino de Jesus F. O fim do arco-íris: a branquitude como desafio da luta antirracista no Brasil contemporâneo. In: CARDOSO, Lourenço; MÜLLER, Tânia M. P., (Org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba-PR: Appris editora, 2017. p. 243-258.

SILVA, Yasmim Maciane da. **“Enegrecendo suas estantes” o modismo de acadêmicas(os) brancas(os) no movimento antirracista: experiência da formação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas**. Monografia - Instituto de Psicologia. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/9617>. Acesso em: 20/11/2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Portaria nº 1.834**, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://sipac.sig.ufal.br/sipac/VerInformativo?id=10947&imprimir=true>. Acesso em: 15/01/2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Instituto de Psicologia. **Carta Compromisso do Instituto de Psicologia por uma Universidade Antirracista**, de 30 de setembro de 2020. Disponível em: <https://ip.ufal.br/pt-br/institucional/documentos/carta-compromisso-do-instituto-de-psicologia-por-uma-universidade-antirracista>. Acesso em: 05/11/2022

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, p. 244-248, 2019.